



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NA AMAZÔNIA**

Dalva Suely Moraes Mota

**CONHECIMENTOS INDÍGENAS E EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: A
SEXUALIDADE KAMBEBA COMO ELEMENTO DE PRESERVAÇÃO
CULTURAL**

Manaus
2013

Dalva Suely Moraes Mota

**CONHECIMENTOS INDÍGENAS E EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: A
SEXUALIDADE KAMBEBA COMO ELEMENTO DE PRESERVAÇÃO
CULTURAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre do Curso de Mestrado em Educação em Ciências na Amazônia, da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

Orientador: Professor Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho

Manaus
2013

Dalva Suely Moraes Mota

**CONHECIMENTOS INDÍGENAS E EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: A
SEXUALIDADE KAMBEBA COMO ELEMENTO DE PRESERVAÇÃO
CULTURAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre do Curso de Mestrado em Educação em Ciências na Amazônia, da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

Aprovado em _____ de _____ de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho– UEA
Presidente

Prof. Dra. .Auxiliadora Ruiz
Membro Externo

Profa. Dra. Evelyn Lauria Noronha.
Membro Interno

Ficha catalográfica

M917c

Mota, Dalva Suely Moraes

Conhecimentos indígenas e educação em Ciências: a sexualidade Kambeba como elemento de preservação cultural / Dalva Suely Moraes Mota. – Manaus : UEA , 2013.
92 f. : il. color. ; 30 cm

Orientador: Dr. Roberto Sanches Mubarac Sobrinho
Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação em Ciências na Amazônia)
- Universidade do Estado do Amazonas, 2013.

1. Ciências – Estudo e Ensino. 2. Sexualidade - Indígena. 3. Educação Indígena. I. Título

CDU 372.85:612.6.057(=1-82)

*D*EDICATÓRIA

Dedico aos meus pais, Walmir e Zípora Moraes (in memoriam), pelo incentivo de toda uma vida de exemplo pautado na persistência e na superação.

AGRADECIMENTOS

Certamente estes parágrafos não irão atender a todas as pessoas que fizeram parte dessa importante fase de minha vida. Portanto, desde já peço desculpas àquelas que não estão presentes entre essas palavras, mas elas podem estar certas que fazem parte do meu pensamento e de minha gratidão.

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder sabedoria, serenidade, lucidez e perseverança nesse desafio intelectual.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho, pela sabedoria com que me guiou nesta trajetória.

As professoras doutoras Maria Auxiliadora Ruiz e Graça Barreto, pelo apoio e incentivo intelectual sempre presente nos momentos cruciais desta jornada.

Aos meus colegas de mestrado, em especial a Núbia, por ter enfrentado comigo os diversos desafios que surgiram durante todo percurso do mestrado.

As companheiras de mestrado e amigas Rejane Freitas e Edmilza pelas palavras de incentivo, consideração e apoio sempre oportuno.

Minha gratidão pela generosidade do povo Kambeba de Três Unidos e da aldeia Tururucari-Uka, todos parentes, por me receberem em suas casas e compartilharem comigo um pouco de suas vidas e de seus conhecimentos.

Gostaria de deixar registrado também, o meu reconhecimento à minha família, pois acredito que sem o apoio deles seria muito difícil vencer esse desafio, em especial as minhas irmãs Regina Célia Moraes Vieira e Simone Silva Moraes, que além de me incentivarem a entrar no mestrado, contribuíram incansavelmente, ora lendo, ora opinando e ora corrigindo meus textos.

E por último, e nem por isso menos importante, agradeço a meus filhos Luciana e Luko pelo carinho, amor e compreensão, sempre presente.

Enfim, a todos os que por algum motivo contribuíram para a realização desta pesquisa.

“Os limites da sexualidade são os limites do corpo. A sexualidade começa em qualquer parte do corpo e não termina, vai de um lado para o outro. Entra em delírio na cabeça. Arrepiam-se na espinha dorsal e encontra-se, às vezes, no aparelho genital. Choca-se com a sexualidade de outros corpos. Emaranha-se e se confunde. Mas se expande. Faz de cada um de nós o que nós somos. Enche o mundo de encanto. Entra pelos labirintos do desejo. Explode nas artimanhas da libido. Realiza-se no prazer”. Jaci Maraschin, 1988.

*R*ESUMO

A valorização dos bens imateriais dos povos tradicionais é um dos fatores fundamentais de preservação da cultura, o que nos motivou a pesquisar sobre a temática da sexualidade indígena entre os índios Kambeba, no baixo Rio Negro-Amazonas. Partindo dos hábitos e dos conhecimentos da cultura desse povo, propusemos uma reflexão, com base em diálogos interculturais, próprios da realidade amazônica. Identificamos que a cultura indígena continua ativa em determinadas etnias, embora inibida no desenvolvimento de suas criatividades e potencialidades tradicionais, principalmente no tocante à sexualidade. Descrevemos hábitos, crenças e mitos referentes à sexualidade indígena Kambeba, com destaque aos seus percursos históricos e socioculturais, fazendo uma análise sobre a influência da sociedade envolvente na transformação ou preservação dessa etnografia. Destacamos a relevância da temática para o Ensino de Ciências, considerando o quanto podemos apreender com os costumes e hábitos da cultura nativa Kambeba e sua maneira de lidar com as questões sexuais, traçando novos caminhos entre os (des) caminhos de um povo pauperizado e explorado, desde tempos da colonização. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, com traços etnometodológicos, por se centrar em uma característica específica de uma determinada etnia e suas tradições. A forma interdisciplinar de abordagem do currículo na Escola Indígena Aua Três Unidos possibilitou observar o desenvolvimento de projetos interculturais, em que a escola funciona como um espaço vital para o fortalecimento e resgate dos saberes tradicionais do povo Kambeba e como meio articulador de promoção do conhecimento teórico da sociedade nacional.

Palavras-chave: Sexualidade, Educação Indígena, Educação Sexual, Interculturalidade, Saberes tradicionais.

ABSTRACT

The valuation of intangible assets of traditional peoples is a fundamental factor for the preservation of culture, which prompted us to research on the topic of sexuality among indigenous Indians Kambeba, in the lower Rio Negro, Amazonas. Based on the habits and knowledge of the culture of this people, we proposed a reflection, based on intercultural dialogues, Amazon's own reality. We found that the indigenous culture remains active in certain ethnic groups, although inhibited the development of their creativity and potential traditional, especially with regard to sexuality. We describe habits, beliefs and myths concerning sexuality indigenous Kambeba, highlighting their sociocultural and historical tours, doing an analysis on the influence of the surrounding society in transformation or preservation of this ethnography. Highlight the relevance of the theme for the Teaching of Science, considering how much we can learn with the customs and habits of the native culture Kambeba and his way of dealing with sexual issues, charting new paths between the (mis) direction of a people poor and explored since colonial times. It is therefore a qualitative, exploratory type, with ethnomethodological traits as it focuses on a specific feature of a particular ethnicity and traditions. The interdisciplinary approach of the curriculum in Indigenous School Aua Three States permitted to observe the development of intercultural projects, in which the school operates as a living space for strengthening and recovery of traditional knowledge of the people and as a means Kambeba articulator promotion of theoretical knowledge national society.

Keywords: Sexuality, Indigenous Education, Sex Education, Interculturalism, Traditional knowledge.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Ocupação geográfica e migrações da etnia Kambeba.....	41
FIGURA 2 Mapa atualizado da localização da comunidade Três Unidos.....	44
FIGURA 3 Estilo das habitações da comunidade de Três Unidos.....	45
FIGURA 4 Escola de Ensino Fundamental de Três Unidos.....	46
FIGURA 5 Escola Polo Estadual Samsung de Ensino Médio.....	47
FIGURA 6 Associação Comunitária e Capelinha do Divino Espírito Santo.....	48
FIGURA 7 Espaço reservado à venda de artesanato na comunidade.....	49
FIGURA 8 Restaurante da Associação de mulheres Kambeba-ASMIK.....	49
FIGURA 9 Crianças Kambeba aprendendo a caçar em seu habitat.....	71
FIGURA 10 Aprendendo as regras de subsistência.....	72
FIGURA 11 Trilha do Conhecimento Kambeba.....	75

LISTA DE SIGLAS

ASMINK	Associação das mulheres indígenas Kambeba
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.
DST's	Doenças Sexualmente Transmissíveis
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde.
FAS	Fundação Amazônia Sustentável
MEC	Ministério da Educação
SEDUC	Secretaria de Educação e Cultura
SEMED	Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	12
2.CAPITULO I: A SEXUALIDADE E IDENTIDADE INDÍGENA.....	28
2.1 O (DES) ENCONTRO DE CULTURAS: A SEXUALIDADE DOS ÍNDIOS E EUROPEUS NA ÉPOCA DA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA.....	29
2.2SEXUALIDADE E EROTISMO: ENTRE O DETERMINISMO BIOLÓGICO E A REGULAÇÃO SOCIAL.....	34
3 CAPITULO II: PERSPECTIVA DE UMA INTERCULTURALIDADE	39
3.1 OMÁGUA/KAMBEBA: ORIGEM E TRAJETÓRIA.....	40
3.2 TRÊS UNIDOS: ALDEIA KAMBEBA.....	44
3.3 CONCEPÇÕES DA ETNIA KAMBEBA SOBRE SEXUALIDADE.....	53
4 CAPITULO III: A EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: UMA NECESSIDADE SOCIAL.....	60
4.1 CIÊNCIAS E CONHECIMENTOS INDÍGENAS: RUPTURA E REENCONTRO DE SABERES.....	62
4.2 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA KAMBEBA: DESAFIOS DA TRANSVERSALIDADE.....	66
4.3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA COMO PROPOSTA INTERCULTURAL: LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA KAMBEBA.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA.....	89
APÊNDICE B – ENTREVISTA FECHADA.....	90
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ESTUDOS EMPÍRICOS.....	91
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	92

INTRODUÇÃO

A abordagem da sexualidade em qualquer contexto é sempre um grande desafio devido à complexidade e delicadeza do tema que, historicamente, tem se construído com base em concepções errôneas e arbitrárias. Essas concepções da sexualidade, orientadas por interesses sociopolíticos e econômicos vigentes de cada época, deixaram um rastro de intolerância e de atitudes discriminatórias ainda muito presentes no século XXI.

Aliado a essas atitudes negativas, revelam-se os trágicos resultados decorrentes da ignorância sexual que além de causarem um imenso sofrimento, geram o medo, o sentimento de culpa e o preconceito; pois, no entendimento de Puerto (2009), colocaram-se tantos fossos no “jardim” do sexo e da sexualidade que a confusão, a ignorância e o próprio medo gerados dificultaram um conhecimento objetivo, claro e verdadeiro sobre a possibilidade de uma vivência aprazível com a sexualidade. Essas considerações já seriam suficientes para justificar um estudo sobre a temática dessa pesquisa, pois, de acordo com Figueiró (2006), adiar essa discussão já não é mais possível.

Por conseguinte, em decorrência da abrangência do tema, será necessário delimitarmos os horizontes, estabelecendo os aspectos da sexualidade que nortearão as análises e discussões da pesquisa. Nos argumentos de Nunes (2005) é preciso diferenciar sexo biológico-reprodutivo da sexualidade psicossocial. O primeiro discorre tecnicamente sobre os mecanismos do sexo biológico, abrangendo a genitália masculina e feminina, os ciclos menstruais e as diversas formas de reprodução; o nível psicossocial constitui as diferenças sociais que definem os papéis sexuais masculinos e femininos.

Nesse particular, a sexualidade precisa ser compreendida como diferente de sexo por estar imbricada com o modo como as pessoas vivenciam seus desejos, seus prazeres e suas fantasias. Por ser socialmente construída e por envolver forte dose de afetividade e sentimentos, apresenta variações em culturas distintas e o preparo para tratar das questões sexuais tem pouco a ver com a formação acadêmica do educador e muito a ver com a sua postura frente à vida e à sexualidade (MEYER, 2000).

Essas variações de concepção da sexualidade em culturas distintas foram marcadas no intercurso sexual entre os colonizadores e os autóctones da Amazônia, ponto de partida de

nosso estudo, dimensionado a vida privada na colônia e a enorme diferença estabelecida entre as culturas e os estilos sexuais vigentes nos séculos XVI e XVII. Para Vainfas (1986) o encontro sexual de corpos pode conter algumas invariantes e muitas atitudes do passado, atualmente consideradas extravagantes, podiam ser corriqueiras naquele tempo, ao passo que outras, pueris ou simplórias aos olhos de hoje, podiam conter boa dose de erotismo.

Nesse sentido, ao entramos em contato com as intimidades sexuais de certa cultura, a prudência deve se redobrar para não incorreremos na distorção dos fatos e tirarmos conclusões errôneas. Feito tais observações, estabelecemos algumas reflexões sobre as influências da “fricção interétnica”¹ oriundas do processo civilizatório na sexualidade dos povos ameríndios.

Quanto ao tempero nas relações pluriétnicas da colonização lusitana, ponto que não poderia ser ignorado, podemos entrever que não faltaram ardor nem afeto, mas não faltou também a humilhação das mulheres (índias e negras), estigmas raciais de todo tipo, a vulgarização, as ofensas de baixo calão, a exploração da miséria humana e a violência física; todos os traços essenciais do colonialismo escravocrata e das práticas de poder do regime vigente (VAINFAS, 1986).

Seguiremos analisando o aspecto afetivo da sexualidade que não deve ser considerada como sinônimo de coito nem se limitar à presença ou não de orgasmo. Nessa linha de pensamento é fundamental compreender que a sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações, tanto que, para o filósofo Schopenhauer (1997), não existe amor sem sexo e afirma que a filosofia deve ocupar-se do amor, pois o sentimento do amor é básico para o individuo, sendo abordado por todas as artes e pela cultura em geral. Entretanto, a sexualidade também motiva o contato e a intimidade e por trás de toda manifestação de amor, mesmo a mais pura e sutil, está o instinto procriador, uma escondida determinação biológica voltada ao acasalamento e a reprodução da espécie (SCHOPENHAUER, 1997).

É precípuo esclarecer que a ênfase na afetividade não significa desinteresse na tecnologia, na biotecnologia ou na ciência clássica, mas sim estabelecer que o foco de maior destaque na pesquisa se concentra nos valores e orientações sociais, que acreditamos serem os impulsionadores de nossas prioridades.

De acordo com Puerto (2010), o entendimento da dimensão sexual humana consiste na clara observação de que ela será idêntica para todos os indivíduos na sua raiz biológica, mas no modo de compreendê-la e valorizá-la, a sexualidade constitui uma individualidade, sendo um elemento peculiar de cada pessoa.

¹Grifo nosso.

Concordamos ainda com Figueiró (2006) quando afirma que a sexualidade é uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser e pela cultura.

Diante dessas interpretações, o encaminhamento da pesquisa se embasará na concepção dialética e política da sexualidade (NUNES, 2005), que enfatiza a dimensão ampla da condição humana, vendo no ser humano, um participante ativo no processo de construção pessoal e social, elaborando valores e normas sexuais e sendo por estas, influenciado. Desta feita, é preciso admitir que as identidades estejam sempre se constituindo e em processo de transformação, pois:

em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos e femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também se transformando na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe [...] (LOURO Apud MEYER, 2006, p. 90).

Diante do reconhecimento da diferença e da transitoriedade, é possível compreendermos que cada identidade é própria e se constitui por efeito de hibridização, no movimento de articulação entre vivências culturais e sujeitos; nunca, uma forma acabada, “pronta”, completa. Um exemplo claro desse processo é o colonialismo que marcou para sempre as sociedades dominadas. Em cada território que o colonizador aportava, a diversidade era pretexto para imposição de valores e de costumes culturais alterando significativamente o modo de vida dos autóctones (HALL, 2006).

Confirmando tal inferência, direcionamos o marco inicial da pesquisa, considerando o período do colonialismo para traçar o caminho do conhecimento da sexualidade indígena, buscando na cultura ameríndia um referencial para abordarmos as questões sexuais emergentes e o modo de lidarmos com elas, mas, sobretudo, socializarmos saberes acerca da vivência e das experiências sexuais de algumas etnias e de sua forma de expressar a sexualidade.

Ademais, além da possibilidade de proposta de troca de valores culturais, reconhecendo as diferenças que particularizam os índios e não índios é importante frisarmos que a manifestação da sexualidade aflora em todas as faixas etárias e a família, enquanto espaço privado, não tem conseguido controlar a demanda de questões contemporâneas

emergenciais (FIGUEIRÓ, 2006) das quais podemos destacar a erotização, a gravidez na adolescência, o consumismo sexual, a pedofilia, a promiscuidade e a homofobia, de modo que, propomos intensificar a ação crítica reflexiva e educativa no espaço escolar.

Assim sendo, a instituição escolar, tanto formal quanto não formal tem papel decisivo na construção de relações saudáveis e positivas sobre as questões ligadas direta ou indiretamente à sexualidade, não podendo ser excluída desse contexto. Paralelamente, o papel e a postura dos educadores ao abordarem a temática e coordenarem as ações pedagógicas devem ser direcionados para dirimir os conceitos e explicações errôneas que os alunos trazem de seu seio social, possibilitando a aprendizagem nos espaços educativos (NUNES, 2005; FIGUEIRÓ, 2006).

Nessa perspectiva, torna-se relevante discorrermos sobre as influentes fontes que atuam de forma decisiva na formação sexual de crianças, jovens e adultos. No entanto, será necessário tirar o sexo e a sexualidade da redoma, estabelecendo um diálogo aberto e esclarecedor que possa permear por todos os seguimentos sociais educativos. Portanto, percebe-se que o aprimoramento dessa temática deve ser priorizado para que possam ser minimizados os fatídicos e dolorosos resultados vivenciados no contexto escolar, na família e na sociedade (PUERTO, 2009).

Na sequência dessa explanação, de acordo com Webere (1998), é importante pensarmos que na área da educação os professores/educadores, de forma consciente ou inconscientemente, desempenham uma ação no campo da educação sexual, seja pelo que esta representa, pela sua maneira de ser, pela forma como se relaciona, pelas ideias e valores que transmite, ou muito particularmente, pela forma de tratamento que dispensam aos educandos dos dois sexos.

Por estas e outras razões e pela educação sexual está oficialmente autorizada a ser desenvolvida nas escolas, conforme regem os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's (BRASIL, 1997), não nos abstermos de focar a pesquisa em ambientes formais de ensino, embora os espaços não formais e culturais de educação indígena, delimitados pelo contexto da investigação, também constituam a base de fontes e dados importantes para o desenvolvimento desse estudo.

Nesse sentido, reforçamos que o enfoque principal da pesquisa consiste em estudar o processo de educação sexual de integração étnica e suas implicações para o ensino de ciências na Amazônia, propondo novos espaços de reflexão acadêmica sobre as diferentes formas de se conceber e praticar a sexualidade. Nesse caminho, abrem-se portas para o entendimento positivo do prazer erótico, pois quando orientado para o amor e para o afeto, o prazer e o

orgasmo integral é a linguagem sexual mais personalizadora e humanizadora e que gera nas pessoas o bem-estar do corpo e da alma.

O século XXI avança com seus primeiros dez anos e a sexualidade ainda continua sendo um tema complicado de ser trabalhado nas escolas. Desta feita a relevância da pesquisa se confirma, sendo necessário o estabelecimento de novos vínculos teóricos a fim de alargarmos o horizonte de reflexões.

Nas instituições escolares constata-se a precariedade de projetos voltados para educação sexual e as alegações são sempre a falta de preparo e pouco domínio do tema. Essa perspectiva negativa precisa mudar, apesar de sabermos que nossa fala, nossas ações, nossas atitudes e comportamentos presentes no cotidiano escolar, refletem certa falta de preparo de muitos educadores. Para Figueiró (2006) a sexualidade é de certa forma, uma das questões que mais tem trazido dificuldades, problemas e desafios aos educadores na labuta cotidiana de ensinar. Os espaços escolares estão impregnados de manifestações sexuais e a postura do professor pode inferir de forma positiva ou negativa nas atitudes e comportamentos dos educandos.

Nesse sentido, sendo professora de ciências e biologia durante mais de vinte e cinco anos e tendo presenciado as diversas reações comportamentais manifestadas pelos alunos em relação às questões que envolvem a sexualidade, optei por investigar as experiências e vivências sobre o tema, considerando a emergência de articulação entre objetivos escolares e objetivos culturais na construção de uma escola que atenda aos problemas do mundo de hoje. Procurei encontrar sentido ou sentidos para problemas observados ao longo do magistério em relação aos resultados desastrosos da omissão, como educadores, na forma de discutir a sexualidade, reafirmando a relevância social desse estudo que vê urgência na eliminação de todas as formas de preconceito entre as pessoas, entendendo que todos têm direito de viver sua sexualidade com respeito e dignidade.

Outro ponto relevante é o foco na sexualidade indígena e sua relação com a educação em ciência, resignificando um aspecto da cultura ameríndia que desde o primeiro contato com a cultura europeia, foi drasticamente deturpado, banalizado e alterado. A esse respeito, esclarecemos que não pretendemos apresentar um relatório kinsey² indígena Kambeba, mas, sobretudo, conhecer e aprender sobre os hábitos sexuais dessa etnia. Pois é premente buscarmos novas perspectivas para revitalizar e preservar a cultura ameríndia em nossa região

² Alusão a um dos mais completos relatórios científicos sobre sexualidade.

seja por meio de estudos ou pesquisa, na tentativa de reconhecer e devolver aos indígenas uma parte do muito que lhes foi tirado.

Para Marandino (2007), as diversas reformas e sucessivos projetos, visando à transformação do ensino de ciências, perpassam pela inclusão de novos elementos curriculares, dos quais destacamos os “temas transversais” com a função de analisar e identificar problemas em dimensão interdisciplinar, estabelecendo uma comunicação entre as disciplinas tradicionais e promovendo um maior contato do educando com sua realidade.

Desta feita, de acordo com o que regem as linhas gerais dos Temas Transversais nos PCN’s, para se viver democraticamente em uma sociedade plural, se faz necessário respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. Logo, sendo o Brasil um país continental, comportando regiões com características culturais bastante diversas que por vezes são marcadas pelo preconceito e pela discriminação, precisamos investir em projetos educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade etnocultural.

Seguindo essa linha de raciocínio, ressaltamos que a diversidade cultural que existia quando os exploradores aportaram no “Novo Mundo” foi brutalmente banida por meio do extermínio de várias etnias, sufocando os hábitos, os costumes e a forma dos ameríndios resolverem suas questões, inclusive a sua sexualidade (SILVA, 1993; JUNQUEIRA, 2008; SANCHES, 2009). É preciso atentar que a perspectiva transversal no tratamento de questões sociais como a sexualidade, deve transformar a ação pedagógica nas escolas, desenvolvendo nos alunos valores e atitudes que promovam o respeito às diferenças. Nesse sentido, ao abordarmos a sexualidade indígena estamos de certa forma incluindo o estudo da diversidade em espaços educativos.

A sexualidade indígena sofreu influência cultural europeia imposta por uma postura etnocêntrica que, dito de outro modo, evidencia a forma como os europeus, carregados de conceitos morais (contraditórios) incutidos por força da igreja modificaram os hábitos sexuais dos ameríndios, não aceitando a multifacetada pluralidade cultural nem a permissividade relacional que existia entre os autóctones da América. A consequência mais nefasta desse processo de dominação ainda persiste em nossos dias, pois além de levar os índios e sua cultura ao quase extermínio, como aconteceu com os Kambeba, deixou sequelas de conduta moral sexual de toda ordem em diversas etnias (FREYRE, 1998).

Outro ponto que não podemos deixar de enfatizar foi o impacto do colonialismo sobre as práticas sociais dos povos ameríndios, recordando inicialmente que as sociedades europeias, em seu processo de expansão e domínio territorial, se defrontaram com as

sociedades aqui existentes e ao perceberem que eram diferenciadas, usaram o etnicídio³ para manter seu domínio e, conseqüentemente manipular o outro, impondo sua própria cultura, sendo preconceituosa com as demais, anulando o princípio da alteridade (RIBEIRO, 1982; SILVA, 1995; JUNQUEIRA, 2008).

Em tal perspectiva a intenção era ir além da reflexão sobre o tema, na tentativa de abordar a sexualidade como construção cultural, não a tratando apenas como função biológica. Dentro desse contexto, nosso interesse consistiu em mesclar as contribuições da etnologia indígena Kambeba à sexualidade dos não índios e vice versa, observando que a cultura determina o comportamento do homem e justifica as suas realizações em sociedades distintas (LARAIA, 2009).

No tocante a sexualidade em diferentes culturas, Stearns (2010, p.p. 7-8) afirma que:

As atitudes referentes à sexualidade diferem de acordo com contextos sociais distintos. Para citar um exemplo, algumas sociedades, em determinados períodos, desaprovam vigorosamente a masturbação, mas então, com o passar do tempo, se abrandam e adotam uma maior permissividade. A cultura sexual, os valores e as crenças aplicados à sexualidade, obviamente mudam com o tempo, e essa é uma parte importante da história. [...] Os índices de adultério variam, dependendo do período e de condições sociais mais amplas. A idade da puberdade muda, dependendo da nutrição e do contexto social.

As limitações com relação ao que pudemos saber em termos históricos sobre os hábitos sexuais do passado e de certas culturas são evidentes, pois, na maioria das vezes, não tivemos dados precisos, mas as questões ligadas à sexualidade abordada na perspectiva dialética/histórico-crítica só podem ser compreendidas pela comparação entre diferentes sociedades e o registro desse material histórico foi significativo e relevante. Não resta dúvida, porém, que nas primeiras sociedades a sexualidade humana dava mostra de maior liberdade e tolerância e as restrições e repressões foram surgindo à medida que a economia foi se tornando mais complexa, forçando uma mudança de hábitos pelo surgimento de governos formais (RIBEIRO, 1982; GURGEL, 2010; STEARNS, 2010).

Como exemplo, essa liberdade e tolerância sexual possibilitaram a formação do povo brasileiro que, por meio de um velho costume indígena chamado cunhadismo, gerações se formaram. Esse costume consistia em oferecer uma moça índia como esposa, estabelecendo,

³ Crime que consiste em destruir total ou parcialmente os grupos étnicos.

automaticamente, laço de parentesco com um estrangeiro. Cada europeu que aportava na costa podia fazer muitíssimos desses casamentos que funcionava como um eficaz recrutamento de mão de obra para os trabalhos pesados de várias ordens, configurando um dos fins da sexualidade (RIBEIRO, 2006 p.73)

Conforme afirmam Camargo e Ribeiro (1999, p.13), falar sobre sexo hoje “configura uma forma de controle do comportamento e não uma ação libertadora de socialização e humanização”. E nessa mesma linha de pensamento estão outros intelectuais dos quais podemos destacar Foucault que em sua trilogia⁴ sobre a historicidade da sexualidade expõe os contextos e conteúdos históricos, filosóficos e socioculturais explicitando a dinâmica do funcionamento da sexualidade nas sociedades que sempre giraram em torno da disputa de poder.

A consideração acima nos remete a Puerto (2010), quando este afirma que as atitudes de proibição, negatividade e repressão oriundas de nossas concepções equivocadas sobre sexualidade, devem ser repensadas; do contrário, provocaremos danos irreparáveis na capacidade sexual de nossos educandos. Puerto então nos propõe que eliminemos os medos, temores e culpabilidades sexuais ainda presentes em nossa cultura e que apontemos sugestões de melhoria para as ações relacionadas à educação sexual nas escolas. De tal sorte, que possamos promover o diálogo acerca do erótico, do desejo, da satisfação sexual no intuito de melhorar as relações afetivas em seu intercurso sexual (JACOMELI, 2007).

Certamente que para entendermos a sexualidade e o que a determina requer um estudo profundo em diversas áreas do conhecimento; porém, queremos fazer algumas reflexões que possibilitem uma visão mais significativa dos comportamentos sexuais e de seus desdobramentos nas sociedades, pois, conforme Nunes (2005), não há como negar que vivemos num ambiente “sexualizado” e os discursos sobre a sexualidade entrelaça todas as esferas de nossa vida cotidiana, promovendo transformações na sociedade, refletidas nos valores, nos comportamentos, na linguagem, no modo de vestir, nas músicas, nos filmes e nas formas de relacionamento.

É compreendendo a sexualidade dessa forma que destacamos a sua relação com a vida das pessoas, evidenciando que ela está sempre permeando entre o impulso biológico e a regulação social. A partir dessas duas perspectivas mudam-se as concepções sobre sexualidade, em decorrência do aparecimento de novas teorias e diferentes estudos culturais

⁴Referem-se as três obras da História da Sexualidade

sobre as manifestações de sentimento, de comportamentos e de subjetividades inerentes ao processo natural e social de se viver em sociedade.

Considerando-se a importância do estudo da sexualidade nas escolas, como fator preponderante para atenuar questões críticas de relevância social que possibilitem uma melhor resiliência dos intervenientes no processo escolar, propõe-se a seguinte pergunta: No que concerne à abordagem dos temas emergentes relacionados à Educação Sexual, de que maneira os conhecimentos indígenas Kambeba se manifestam e se articulam com a cultura envolvente nas práticas de ensino e aprendizagem de Ciências na Escola Três Unidos, no Baixo Amazonas?

A sexualidade mítica e matriarcal presente nas comunidades indígenas da América e em especial no Amazonas entraram num processo de ocidentalização e para avaliarmos o grau evolutivo dessa situação, estabeleceram-se as seguintes questões norteadoras: Quais as concepções dos Kambeba sobre sexualidade? Qual a influência da cultura envolvente na construção de uma identidade sexual Kambeba? Por meio de uma relação intercultural entre conhecimentos indígenas e não indígenas, de que forma os Kambeba articulam seus conhecimentos sobre sexualidade na sala de aula e em espaços não formais de Educação indígena?

Diante dos questionamentos acima expostos, o objetivo geral desta dissertação é proporcionar um estudo que acrescente informações sobre o processo de educação sexual na escola Três Unidos e em outros espaços de educação não formal indígena, considerando a relevância dos saberes tradicionais kambeba para a construção de práticas educativas importantes para trabalhar esse tema desafiante e que possam responder aos problemas acerca da sexualidade e suas implicações para a educação em ciências.

Como forma de responder aos nossos questionamentos e aos aspectos anteriores, desenvolvemos, no decorrer da pesquisa, os seguintes objetivos específicos: 1º Conhecer as concepções dos Kambeba sobre sexualidade. 2º Identificar aspectos da cultura envolvente que têm influenciado o comportamento Kambeba na construção de sua identidade sexual. 3º Observar as práticas de ensino e aprendizagem de educação sexual na escola Três Unidos, tendo como parâmetro a dimensão intercultural de educação em ciências na Amazônia.

Na sequência abordaremos os procedimentos metodológicos da pesquisa, ressaltando que são alguns dos mais importantes elementos do desenvolvimento científico, pois indica o caminho seguido, a escolha da abordagem utilizada, o método e as técnicas da coleta de dados, para que outros pesquisadores possam refazer tais percursos corroborando-os ou refutando-os.

Seguiremos apresentando essas etapas, entretanto, esclarecemos aos nossos interlocutores, que em estudos que envolvem aspectos culturais e suas categorias (identidade, diversidade, subjetividade) existe a possibilidade de se mesclar as opções metodológicas, mesmo porque, trabalhos empíricos podem utilizar-se (e o fazem) ao mesmo tempo de diferentes estratégias de busca de dados (MOREIRA, 2004; PIRES, 2009).

Nossa pesquisa envolveu um estudo cultural cuja proposta consistiu em conhecermos como um grupo étnico concebe sua sexualidade e como a mesma está se desenvolvendo no espaço escolar, desta feita, esse estudo pode se enquadrar como uma pesquisa histórica, existindo, entretanto, a possibilidade de se utilizar mais de um método, pois, neste caso específico, por envolver múltiplos saberes, não tem uma metodologia própria e única. Ao fazermos a relação da sexualidade indígena antes e depois da colonização e na sequência analisarmos as possíveis mudanças, perpassamos inicialmente pela pesquisa bibliográfica, sem a qual não teríamos parâmetros para tais avaliações (COSTA, 2005; VERGARA 2004; GONÇALVES E MEIRELES, 2004).

O estudo foi desenvolvido na comunidade Três Unidos, localizada no Rio Cuieiras, no Baixo Rio Negro, onde predomina a etnia Omágua/Kambeba. Esta comunidade está composta por 13 famílias com 29 adultos e 24 crianças da etnia Kambeba, dois Apurinã, uma índia Mura e uma índia Baré, sendo totalizadas em torno de 57 pessoas⁵. Na comunidade há uma escola de Ensino Fundamental que começou a funcionar em 1992 por iniciativa e reivindicação dos indígenas e mais recentemente, foi construída uma escola Polo de Ensino médio que descreveremos mais adiante.

Não houve predeterminação na escolha da comunidade e o que nos levou a optar por esse campo foi o interesse, a curiosidade e a receptividade demonstrada por parte deles, durante e após a exposição do tema e do objeto a ser pesquisado. Podemos dizer que ocorreu uma empatia recíproca entre a pesquisadora e os comunitários, gerando confiança e acessibilidade, fatores decisivos e motivadores para o desenvolvimento do trabalho de campo.

Outro fator determinante, para optarmos pesquisar com esse grupo, foi percebermos que eles se diferenciam das outras comunidades em suas concepções de mundo, crenças e valores, adotando visivelmente uma postura crítica e determinada quanto à consolidação de uma escola indígena e preservação de sua forma peculiar de viverem segundo as concepções kambeba, situações detectadas nas primeiras fases do trabalho de campo. Isso a difere de outras comunidades.

⁵Dados coletados na comunidade durante a pesquisa de campo (14/02/2012).

A pesquisa foi desenvolvida em uma abordagem qualitativa, o que possibilitou identificar e descrever os principais eventos relacionados ao objeto investigado, qual seja, a sexualidade indígena, tomando como referência a escola e a comunidade Três Unidos. Para Triviños (2009), quando se trabalha com informações sobre a vida de determinados povos, no caso específico a sua sexualidade, devemos evitar a quantificação e dar destaque à interpretação que permite dialogar com conhecimentos de forma muito mais ampla, dando maior ênfase às etapas do processo estudado e não somente ao resultado, tendo como característica central a interpretação, pelo pesquisador.

Quanto ao tipo a pesquisa apresenta característica de campo exploratório, cujo objetivo foi obter maior familiaridade com o problema para torná-lo explícito ou tentar compreendê-lo, orientando-se para o processo e não para o resultado, pois a ênfase está no entendimento e não num objetivo predeterminado. Embora reconhecendo a importância do pesquisador seguir um método como referência, concordamos com Silva e Menezes (2005) quando afirmam que o ideal é empregar métodos visando ampliar as possibilidades de análise, considerando que não há apenas uma forma capaz de abarcar toda complexidade das investigações.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2008, p.32) “a escola e principalmente as salas de aula, são comprovadamente, espaços privilegiados para a condução da pesquisa qualitativa, que se constrói com base no interpretativismo”. Ademais, no entendimento de Pires (2009), trabalhando com a abordagem qualitativa, o pesquisador em educação tem amplas possibilidades de ultrapassar os limites do exploratório e do descritivo e atingir os níveis satisfatórios do conhecimento explicativo, uma vez que expõe as singularidades dos povos indígenas, proporcionando uma visão mais precisa sobre a abordagem da sexualidade e suas concepções tanto no seio da comunidade quanto dentro do contexto escolar.

A metodologia da pesquisa também se utilizou da etnometodologia que de acordo com Haguette (2001), busca compreender o modo de como as pessoas percebem, explicam e descrevem a ordem desse mundo que habitam e quais os métodos usados no cotidiano em sociedade; procura descobrir a natureza da realidade que elas constroem. O enfoque é privilegiar a compreensão das práticas a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação.

A etnometodologia é uma abordagem relativamente nova de investigação qualitativa, mas em nossa pesquisa ela se adequa por estudar o modo como às pessoas gerem ou administram os rituais diários de suas vidas. Nesse sentido Bachelard (Apud, PIRES, 2009, p.p 155-156) reforça que até pouco tempo atrás, a etnometodologia era um termo que gerava desconfiança e restrições por parte dos estudiosos da sociologia clássica. Esse conceito só

mudou depois que se provou “que nenhuma forma de trabalho científico detém o monopólio do espírito científico”, então a sociologia clássica diante de posições e divergências, entendeu que não detinha o monopólio da verdade e, interpretar os fatos sociais é tentar descobrir seus significados na vida dos atores sociais, na rotina do seu dia-a-dia.

Segundo Gil (2002), o método de pesquisa deve ser compreendido como uma estrutura e orientação geral para uma investigação. Essa estrutura define e organiza o padrão, segundo o qual os dados são coletados e analisados. Dentre os métodos de procedimento que privilegia a pesquisa qualitativa utilizamos as seguintes técnicas para coleta de dados: a observação livre, direta e assistemática que de acordo com Triviños (2009) é a mais recomendada na observação de determinado fenômeno social em seus aspectos aparentiais e mais profundos. Ainda conforme Triviños (2009), a observação livre, ao contrário da observação padronizada, satisfaz as necessidades principais de uma pesquisa de caráter interpretativo.

Quanto às entrevistas, foram na grande maioria, do tipo semiestruturada, porque algumas questões precisavam ser delineadas para melhor entendimento do entrevistado, que seguia falando livremente. Utilizamos ainda a entrevista fechada (cópia em anexo) para esclarecer as questões com terminologias da cultura indígena que já não fazem parte do conhecimento Kambeba atual, talvez pelo desuso do termo ou por não terem acesso a tais informações.

Fizemos uso de registros áudio visuais para documentar o espaço físico, as escolas e as atividades na trilha do conhecimento Kambeba⁶. Foram os seguintes sujeitos da pesquisa: o diretor que paralelamente atua como professor da escola Três Unidos, a líder da associação de mulheres e parteira da comunidade, três mulheres alunas da escola e o Tuxaua da comunidade. Esses informantes forneceram elementos para verificarmos como está ocorrendo o processo de inserção e preservação dos conhecimentos tradicionais desses povos na escola e como é trabalhada a temática da educação sexual, em seus espaços educativos.

A pesquisa de campo se estendeu de junho de 2011 a abril de 2012. Entretanto, ocorreu em seis fases. Na primeira fase, ocorrida em junho de 2011, estabelecemos o primeiro contato com a comunidade e foi feita uma averiguação da possibilidade de desenvolvermos a pesquisa na aldeia, posteriormente foi convocada uma assembleia com todos os membros, inclusive as crianças, para o aceite do referido estudo. Nesta fase, o diretor e professor da escola forneceram as informações de como fundaram a escola Três Unidos e quais os projetos que gostariam de realizar para melhoria do aprendizado das crianças, mantendo os

⁶ Espaço físico da aldeia, fora da escola, onde as crianças aprendem a arte de sobreviver e comitadamente são levadas a reconhecer a fauna e flora da aldeia bem como sua utilidade nas aulas de ciências.

conhecimentos tradicionais Kambeba e agregando os saberes da cultura ocidental. O tempo de duração foi de dois dias intercalados por um pernoite.

Na segunda fase, ocorrida em agosto de 2011, foi convocado uma assembleia e apresentamos o projeto de pesquisa, com a definição dos grupos a serem analisados com observação assistemática de três dias na comunidade. Conhecemos um pouco mais do espaço físico, visitamos a casa de algumas famílias, observamos o seu cotidiano acompanhado de registros em fotos e vídeos.

Na terceira fase, ocorrida no mês de outubro de 2011, a permanência no campo se deu por dois dias e duas noites, sendo entrevistadas duas alunas kambeba, uma casada e filha do tuxaua, que tomava conta do restaurante e a outra esposa do professor, elas nos forneceram informações sobre a conservação de alguns hábitos sexuais na comunidade tais como: utilização de ervas, raízes e tubérculos como contraceptivos, preparação para o casamento, relacionamento afetivo e determinadas regras de parentesco ainda vigentes. Também foi entrevistado nesta fase o cacique, que relatou suas concepções de sexualidade, de sobrevivência e manutenção de hábitos e costumes transmitidos pela oralidade e pelo exemplo, e o interesse evidente em usufruir da educação dos não índios.

Na quarta fase, ocorrida em fevereiro de 2012, o diretor que também é professor da escola, foi entrevistado e discorreu sobre o seu trabalho na comunidade, sobre suas expectativas de implantação de uma escola de educação escolar indígena, sobre como tem organizado suas atividades pedagógicas de educação sexual numa classe multiseriada, sobre as dificuldades encontradas na execução do currículo formal e apresentou os projetos desenvolvidos juntamente com os alunos e com a comunidade. Na ocasião, a escola polo de ensino médio, patrocinada pelas multinacionais SANSUNG e COCA-COLA que estava sendo construída em parceria com a SEDUC (Secretaria Estadual de Educação e Cultura), e FAS (Fundação Amazônia Sustentável) para atender todos os alunos das sete comunidades da região foi inaugurada, o que representou uma conquista na área da educação das populações indígenas da região.

Também foi possível observar, mais de perto, a participação da família no processo de ensino aprendizagem das crianças e todo envolvimento dos mais experientes que contribuiram efetivamente para concretização de mais uma via de acesso ao estudo. A escola polo, até a presente data, está contemplando 110 alunos, já matriculados, da comunidade Três Unidos e adjacentes, tendo como meta em sua proposta, abranger um número cada vez maior de estudantes da região, evitando que deixem sua comunidade e isso é compartilhado pelos kambeba com otimismo e interesse.

Na quinta fase, ocorrida em março de 2012, foi possível entrevistar a líder da associação de mulheres e parteira da comunidade, para coleta de informação sobre as práticas tradicionais relacionadas à sexualidade que ainda existem e como se dá esse processo na escola. Ela também nos relatou como chegaram ao rio Cuieiras há 20 anos. Na ocasião foi possível observar a atuação do professor e dos alunos na sala de aula trabalhando o componente curricular de ciências e a metodologia empregada pelo professor, que será descrita quando abordarmos o ensino de ciências na escola de Ensino Fundamental da comunidade Três Unidos.

Ademais, percebemos de início e durante os três dias que lá estivemos que na escola o conteúdo de Ciências Naturais, assim como outras disciplinas, tem um momento teórico e outro prático. O prático é desenvolvido na trilha do conhecimento kambeba por meio do qual os alunos, sob a orientação do professor, adentram nos espaços ambientais para identificar a flora e fauna e suas utilidades para a sobrevivência no ambiente. As crianças brincam aprendendo a caçar e a se protegerem, essa é uma característica da pedagogia indígena kambeba.

A sexta fase, ocorrida no mês de abril de 2012, foi para observarmos o trabalho que estava sendo desenvolvido na escola polo (Esc. Estadual Samsung) e como os professores buscavam viabilizar a inserção dos conhecimentos tradicionais das diversas etnias ao currículo formal. Esse período foi mais extenso, devido à necessidade de uma observação mais detalhada da convivência dos casais, dos jovens e das crianças, onde foi possível detectar outra nuance desses indígenas, como a natureza lúdica e o aspecto físico caracterizado principalmente pela beleza corporal.

Outras entrevistas abertas foram feitas com o cacique e o diretor da escola, na tentativa de uma compreensão mais ampla de suas vivências no período atual, fazendo-se uso dessas técnicas de coleta para análise de dados e culminância da pesquisa. As nossas propostas serão apresentadas nas considerações finais desta dissertação, como resultado de reflexões que auxiliem os povos indígenas da Amazônia a avançar em suas lutas e suas conquistas por uma educação mais plural, multicultural e inclusiva.

Este trabalho está assim organizado: No primeiro capítulo temos como objetivo, sondar as diferentes abordagens que se tem dado a sexualidade e a influência da aculturação, destacando os relatos registrados por cronistas, viajantes e artigos científicos que versam sobre o intercuro sexual, destacando o papel da inquisição no período da colonização e os aspectos culturais que se mesclaram na interação das comunidades indígenas com outros grupos étnicos e com a sociedade envolvente.

Discorreremos também sobre peculiaridades da sexualidade indígena de algumas etnias, que se perderam nesse convívio interétnico, e como os elementos culturais constituem as suas identidades. E para corroborar com o estado da arte, na sequência, foi fundamental elencar os aspectos da sexualidade e erotismo embasado nos autores clássicos como Bataille, Freud, Reich e Foucault, que discutem essa temática.

No capítulo II destacaremos a cultura da etnia kambeba na constituição histórica dos povos indígenas da Amazônia Brasileira, contextualizando quem foram como viviam, de onde vieram e quais suas tradições e formas de conceber a sexualidade. Na sequência, procuramos conhecer as perspectivas da sexualidade Kambeba nos tempos atuais, bem como está sendo desenvolvida em decorrência da assimilação cultural do não índio e de que forma contribuíram com seus conhecimentos, na linha de uma cultura plural, até sua chegada à comunidade Três Unidos. Enfatizamos os momentos vividos no campo de pesquisa, a discussão e algumas pró-análises dos resultados da pesquisa sobre as concepções de sexualidade.

No capítulo III, após sondar as diferentes abordagens que se tem dado a influência da aculturação, da desculturação, da assimilação e da mudança cultural dos povos da Amazônia, abordarmos alguns detalhes da historicidade da educação sexual na escola e os PCNs, mesclando com os momentos vividos na comunidade Três Unidos e a Educação Escolar Indígena em processo de implantação, fazendo uma ponte com a Educação em Ciências e os conhecimentos indígenas, no sentido de promover a reflexão sobre a importância de trabalhar nas escolas formais ou não formais urbanas ou indígenas, a educação sexual como contributo interdisciplinar para projetos interétnicos, sistematizando a ação pedagógica de forma que permita ao aluno encontrar informação e formação dentro de uma perspectiva intercultural.

Na Conclusão discorreremos sobre o que foi possível entrever das concepções da etnia kambeba, no tocante a sua sexualidade e discutiremos, na sequência, sobre a importância de estudos mais sistemáticos dessa temática em nossos espaços educativos, assinalando que todo processo de mudança e transformação de atitudes, ultrapassa o espaço privado familiar e perpassa pela escola, colocando em debate que os educadores não podem mais se esquivar do seu compromisso de formar cidadãos para viver de forma mais plena a sua sexualidade, respeitando as escolhas individuais que permeiam a conduta sexual do nosso tempo.

Em nossas considerações, um parêntese se fez necessário esclarecer e diz respeito ao aspecto mitológico da sexualidade kambeba, que não exploramos em nossa pesquisa dada a complexidade do tema, a falta de informações na aldeia, que creditamos ser efeito da marcante aculturação direcionada por valores religiosos impostos as sociedades autóctones

não só dos Omágua, mas da totalidade das tribos indígenas que mantiveram contato com os colonizadores.

Esclarecemos ainda, que as fontes bibliográficas consultadas deixam transparecer que a cultura sexual indígena era permeada de costumes heterodoxos, segundo a perspectiva dos viajantes, que tinham tradição cristã e pouco se preocupavam com as particularidades culturais dos habitantes do Novo Mundo. Em nossa pesquisa, as observações sobre a concepção de sexualidade dos indígenas da comunidade Três Unidos não contém marcas de barbarismo ou atrocidades nem tão pouco perversões sexuais que marcaram os ameríndios como seres selvagens e degenerados.

O que fica evidente é que voltamos a nossa ancestralidade para refletir que a cultura não se dissocia de nossa formação quanto à vivência pessoal, positiva e saudável da sexualidade, e que algumas singularidades dos povos indígenas, baseadas no respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro, promovendo a aceitação da diversidade, muito ainda podem contribuir com seus conhecimentos empíricos para Educação em Ciências na Amazônia.

CAPÍTULO I

A SEXUALIDADE E A IDENTIDADE INDÍGENA

A proposta deste capítulo é, por meio da pesquisa bibliográfica, acessar informações sobre a sexualidade no Brasil e descrever os conflitos ligados às situações interétnicas de convívio entre o índio e o não índio, iniciado no período da colonização, colocando em destaque as causas e os entraves dessa relação. Evidenciamos por meio do levantamento bibliográfico, que o peso progressivo do (des) encontro dessas culturas infringiu mudanças de comportamento na relação entre os sexos, alterando as formas e os costumes nativos das práticas sexuais de diversas etnias que aqui viviam antes da chegada dos europeus.

Descreveremos os aspectos marcantes da sexualidade no período da colonização e as etapas mais relevantes do processo de aculturação contínuo imposto pela hegemonia dos colonizadores, que forçou os indígenas a alterarem seu modo de viver conservando apenas partes de sua cultura. A esse respeito, o ser humano, imerso em sua própria cultura, tende a enxergar os seus padrões culturais como os mais racionais e a partir dessa referência, os seus valores, é que realiza uma avaliação dos modos, hábitos e costumes de outros grupos sociais (MELIÁ, 1999; HALL, 2006). A tendência é negar a outra cultura escamoteando seus bens materiais e imateriais, e esse fato é comprovadamente evidenciado na relação interétnica de colonizados e colonizadores.

Destacamos também que a cultura esta relacionada à identidade no processo de reconstrução histórica e diante de todas as imposições sofridas pelos indígenas, manter sua identidade tem sido uma das principais bandeiras de luta dos povos ameríndios. Essa postura, que no passado, obrigou os povos indígenas a serem submetidos a um processo discriminatório, histórico e crônico em razão da sua diferença cultural, necessita ser repensada nos dias atuais, principalmente na Amazônia onde se concentra mais de 60% da população indígena.

Quanto ao erotismo das índias, em decorrência da má interpretação dos europeus sobre a cultura nativa e devido à escassez de exatidão das fontes ao compararmos com o erotismo ocidental, nos foi possível apenas entrever certas situações, sem um maior aprofundamento. O segundo tópico deste capítulo trás os conceitos, os pensamentos e as teorias dos autores clássicos que discutem a temática da sexualidade e do erotismo, dialogando com a ideia de

que a sexualidade é um fenômeno multifacetado, que envolve aspectos culturais, sociais, históricos e políticos, além das dimensões biológicas e psicológicas. Não devendo, portanto, ser compreendida como mera questão de instintos, impulsos, genes e hormônios. Por essa razão, direcionamos nossas considerações, além da própria concepção de sexualidade, para os conceitos de erotismo, de identidade sexual e de gêneros.

2.1 O (DES) ENCONTRO DE CULTURAS: A SEXUALIDADE DOS ÍNDIOS E EUROPEUS NA ÉPOCA DA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA

Nesse trabalho, o ponto de partida que motivou o estudo da sexualidade indígena veio da leitura do segundo capítulo do livro *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre (1998), que aborda a participação do índio no processo de formação da família brasileira. Salientamos que outras fontes bibliográficas, serviram de aporte ao estudo da sexualidade nesse período. Dessas leituras surgiu o interesse de analisarmos com um olhar mais crítico e reflexivo, as convergências e os contrapontos, do encontro de duas culturas, com comportamentos e práticas sexuais distintas.

Paralelamente, com o avanço da pesquisa, outras fontes (estudos bibliográficos) serviram de referência para descrevermos as singularidades da sexualidade indígena, predominantes no período de contato inicial com os europeus; nesse contexto se faz necessário um diálogo entre conceitos, referências e simbologias das ciências sociais com preceitos enfatizados pelas concepções e percepções indígenas Kambeba sobre sexualidade.

Em face disso, chegamos à conclusão de que não seria possível discutirmos sobre os percursos da sexualidade e o seu desdobramento até os dias atuais, sem antes voltarmos às bases históricas teórico-filosóficas e socioculturais que dão sustentação aos significados da sexualidade construídos na história, para depois, estabelecermos os parâmetros da ética e da moral no processo de miscigenação que formaram o povo brasileiro e até hoje influenciam suas concepções sobre sexualidade.

Os conflitos ligados às situações interétnicas de convívio entre o índio e o não índio sobre a sexualidade teve início, evidentemente, no período do descobrimento, pois ao aportarem no Novo Mundo, os viajantes, carregados de conceitos morais que oscilavam entre o paraíso da espiritualidade e o inferno da corporalidade, deparam-se com práticas, costumes

e formas de realização da sexualidade diversas e estranhas entre si. Consequentemente, o que de início mais chamou atenção dos europeus foram a nudez, a poligamia seguida das regras de hospitalidade, a lubricidade⁷ e a beleza da mulher indígena.

Historicamente falando, todo o capítulo II e grande parte do livro *Casa grande & Senzala*, descreve a sexualidade do início da colonização, onde a mulher índia, sempre de “pernas abertas”, era oferecida ao colonizador português, que supunham serem deuses, na visão cosmológica indígena. As mais ardentes se entregavam por um pente ou caco de vidro (FREYRE, 1998). Esse intercuro sexual nos primórdios da colonização foi baseado exclusivamente em amor físico; com gosto só de carne, resultando em descendentes sem reconhecimento legal, sem direito a educação cristã europeia, criados a toa no mato, soltos, tendo os seus pais o único papel de ganhões procriadores, motivados pela devassidão de viverem com muitas mulheres, desprovidos de moral e extremamente sádicos, cheios de autoritarismo, desfavorecendo a mulher tanto nas relações sexuais quanto nas sociais, subjugando-as ao seu domínio (FREYRE, 1998).

Nesse contexto, a primeira fase do povoamento da terra brasilis foi marcada por uma intensa “tara étnica inicial”⁸, que nas palavras de Freyre (1998, p.93), assim se expressa: “o ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual e os europeus desciam em terra escorregando em índia nua, atolando o pé em carne.” Diante da situação, os primeiros europeus aqui chegados, desapareceram na massa indígena deixando quase nada da civilização europeia a não ser as manchas da mestiçagem e da sífilis que abordaremos adiante com mais detalhes. Desta feita, a influência dos costumes indígenas se mistura aos costumes europeus e pela poligamia, em consequência do escasso número de mulheres europeias, serviam-se das mulheres indígenas tanto para fornicar quanto para procriar (FREYRE, 1998; RIBEIRO, 2006).

Nesse processo de colonização as mulheres índias e, posteriormente, as negras, supriram a falta da mulher europeia e foram muito úteis como procriadoras caboclas que Freyre (1998) descreve com riqueza de informações, sendo fundamental o papel dessas mulheres na vida sexual da família brasileira, como contributo para a miscigenação no início da formação da sociedade colonial. Ainda nessa linha de pensamento o autor também enfatiza que em decorrência dessas relações sexuais fortuitas e desregradas entre as índias e os europeus são introduzidas no novo mundo as doenças dos brancos, das quais a sífilis que assolou o velho mundo, deixou marcas de deformidade que substituíram os exemplares de

⁷Fig. Atração, desmedido prazer sexual, excitação, sensualidade em exagero, libidinagem, despudor.

⁸Grifo nosso

beleza e robustez dos ameríndios puros e sem cruzamentos, pelo “feio e bisonho”⁹ que pode ser confirmado no texto abaixo:

de todas as influências sociais talvez a sífilis tenha sido, depois da má nutrição, a mais deformadora da plástica e a mais depauperadora da energia econômica do mestiço brasileiro. Sua ação começou no mesmo tempo que a miscigenação; vindo das primeiras uniões de europeus, desgarrados à toa pelas nossas praias, com as índias que iam oferecer-se ao amplexo sexual dos brancos. (Freyre, 1998, p.47)

Segundo Freyre (1998), a sífilis foi trazida pelos aventureiros franceses, que em seu contato sexual com nossos indígenas propagaram a doença. Tal contágio também não isenta a participação dos portugueses, que tinham maior mobilidade e sensualismo, de também estarem infectados, assim como os espanhóis; e desta forma introduziram essa moléstia e seus grandes estragos que passaram a ser combatidos pelos índios e pelos europeus, por meio da união dos princípios terapêuticos básicos de suas medicinas (GURGEL, 2010).

Nesse encontro e desencontro de culturas se percebem os males que afetaram e dizimaram os habitantes ameríndios e o processo de transferência dos padrões culturais portugueses, em detrimento aos conhecimentos tradicionais indígenas. Entretanto, é necessário enfatizarmos com mais detalhes a sexualidade no período da colonização descrita pelo olhar de Freyre (1998), dando um destaque especial à relação dos portugueses com a mulher índia. Essa relação era sensual e exaltada, contrariando a ideia geral de que a lubricidade maior se deu com a entrada do africano, pois de acordo com o autor, dos três elementos envolvidos no processo de formação do povo brasileiro os mais libidinosos foram os portugueses.

Salientamos, porém, que o que predominava na sexualidade dos negros, livres da influência muçulmana, eram as frequentes e ardorosas danças eróticas, que por se apresentarem com intensidade, indicavam uma fraca sexualidade, ou seja, as danças tinham funções afrodisíacas para excitar ou estimular a atividade sexual, correspondendo à carência e não ao excesso de libido. Sob tal acepção esse aspecto da sexualidade é defendido por etnólogos e antropólogos do século XX, dos quais podemos citar Westermarck (1926), Crawley (1929) e Havelock Ellis (1936).

⁹Grifo nosso

Nessa lógica de argumentação é importante revelarmos, ainda de acordo com Freyre (1998), que entre os povos encontrados no Novo Mundo a sexualidade fluía naturalmente sem necessidades de muitos estímulos, embora haja registro de que Koch-Grunberg (2005) tenha presenciado em sua viagem ao Brasil, danças eróticas em que homens mascarados e armados, cada um com um formidável membro viril, fingia praticar o ato sexual e a ejaculação, espalhando esperma. Apesar desta constatação, essas danças eram mais frequentes entre os africanos (RIBEIRO, 2010).

Vale lembrar que os problemas oriundos do processo de colonização foram marcados por relações amistosas e conflituosas, tendo como protagonistas principais, os portugueses, e as vítimas principais, os índios. Estes, além de terem suas terras invadidas, os seus bens saqueados e suas mulheres violentadas, ainda ganharam a fama de preguiçosos e “burros”, não havendo demonstração de nenhum respeito as suas tradições, as suas organizações sociais e as suas crenças, sendo essa uma tática de domínio e imposição de uma cultura sobre a outra (SANCHES, 2009).

Paralelamente, ainda dentro do período colonial, após a contemplação da paisagem paradisíaca do Novo Mundo, demos relevância às narrativas do intercuro sexual entre os lusitanos e as índias, dando destaque ao uso de certos recursos nativos, como o que será descrito a seguir:

as mulheres índias sendo libidinosas fazem inchar os membros de seus maridos a tal grossura que disforme parecem brutais, e isso com certo artifício e mordida de animais venenosos. Depois que se servia do membro intumescido, os homens adoeciam e ficavam impotentes. (SANCHES, 2009, p.94)

Em síntese, há registros históricos de que muitos dos costumes indígenas foram apresentados de forma desfigurada, devido à má interpretação dos seus observadores, levando adiante a ideia da moral sexual entre os índios ser considerada luxuriosa, dando uma conotação de orgia e falta de civilidade, diminuindo a sua condição e subjugando-os a uma “cultura inferior”. Tal posicionamento é combatido por outros autores que divergem e chegam a defender a inocência de certos costumes, como o caso da troca matrimonial praticada por algumas etnias das quais podemos citar os Araweté, que consideram o cônjuge mais do que algo que se troca, para ser pensado em algo que se compartilha e o resultado geral é a

expressão em um dogma da etno-genealogia Araweté: “Somos todos misturados”. (CASTRO, 1986, p.366).

Nessa linha de raciocínio se questiona a tendência de rotular certas regras de parentesco e relacionamento sexual praticado por determinadas etnias como prostituição, sodomismo ou qualquer outro termo pejorativo. O reverso disso consiste em compreender que na cultura ameríndia, a concepção de sexualidade é destituída de preconceito e repressão, pois os indígenas se relacionam com o corpo e com o prazer da mesma forma que se relacionam com a natureza, em harmonia e sem a “noção do pecado mortal”, que condenaria suas pobres almas ao inferno; mas no Brasil do século XVI e XVII, os estilos sexuais vigentes relatados por historiadores eram permeados de subjetividade e anacronismo (STEARNS, 2009; CARMO, 2011).

Consequentemente é possível concluirmos que a moral sexual entre os índios era considerada luxúria pelos europeus, que suprimiram a cultura indígena classificando-a como atrasada, com alto grau de libertinagem e destituída de pudores. De tal sorte, condenaram a nudez e forçaram muitas etnias a mudarem seus hábitos e costumes, interferindo substancialmente nas suas expressões de sexualidade. Ao mesmo tempo, a religião, como um meio desestruturador de culturas cotidianas, funcionou como bloqueadora de sentimentos e comportamentos indígenas, como acontece até hoje em muitas sociedades.

Ademais, os colonizadores impuseram a organização social da família patriarcal aos índios, ignorando a cooperação e divisão sexual do trabalho predominante nas sociedades indígenas que não adotam esse tipo de autoridade social e política. Valorizaram a monogamia em contraponto aos povos polígamos que adotavam a poliginia¹⁰ e a poliandria¹¹, classificando-os como primitivos selvagens e bárbaros (RIBEIRO, 2006; VAINFAS, 2001).

No tocante ao termo primitivo atribuído aos povos indígenas, Lévi Strauss (2008, p. 114) esclarece que um povo primitivo são populações que permanecem desprovidas da escrita e alijadas, “não é um povo atrasado ou retardado; pode, em determinados campos, exibir uma inventividade e uma capacidade de realização que deixam bem pra trás os feitos dos civilizados” e nem tão pouco é um povo sem história. Desta feita, os relatos históricos refletem a rigidez do modelo sexual imposto aos nativos, forçando-os a modificarem o seu modo de ser e viver e a exacerbação erótica, muito observada no Brasil colonial, não devem ser atribuídos à sensualidade africana ou a suposta depravação sexual indígena e sim a consequência cabal do abuso de uma raça sobre a outra (FREYRE, 1998).

¹⁰ Matrimônio de um homem com várias mulheres ao mesmo tempo.

¹¹ Casamento de uma mulher com vários homens ao mesmo tempo.

2.2 SEXUALIDADE E EROTISMO: ENTRE O DETERMINISMO BIOLÓGICO E A REGULACÃO SOCIAL

Em relação ao sexo, uma temática que adquire visivelmente mais importância na atualidade, se faz necessário esclarecermos os diferentes conceitos que definem sexo, sexualidade e erotismo, entremeando com as percepções da cultura indígena, para, posteriormente, estabelecermos as possíveis mudanças que ocorreram pelo processo de endoculturação proposto por Laraia (2009).

Freud (1996), criador da psicanálise, introduziu uma nova forma de se entender a sexualidade, pois ele rompeu com a visão do determinismo biológico, favorecendo discussões em torno do determinismo psíquico, visualizando a sexualidade como consequência da história do indivíduo e das condições culturais onde ela se desenrola.

Em contrapartida, Reich (1998, p. 94), discípulo de Freud, retoma o determinismo biológico, dando destaque à sexualidade do corpo, onde o prazer poderia fluir intensamente. Conforme sua teoria, o orgasmo (potência orgástica):

é a capacidade de abandonar-se, livre de quaisquer inibições, ao fluxo de energia biológica; a capacidade de descarregar completamente a excitação sexual reprimida, por meio de involuntárias e agradáveis convulsões no corpo.

Diante dessas considerações, podemos inferir que a sexualidade e o erotismo são frutos de processos biológicos e culturais em completo dinamismo, apresentando-se distinto em sociedades diversas. Nunes (2005), ao argumentar sobre a questão, enfatiza que o acréscimo das descobertas científicas, dos métodos anticoncepcionais acessíveis a todos, da indústria do sexo, da pornografia (que difere do erotismo) e da sensualidade expressa na exposição da mídia e de outros meios de comunicação, tem transformado de forma ora positiva, ora negativa, algumas concepções mais tradicionais sobre sexualidade.

Essas mudanças já visíveis na sociedade ocidental, também podem afetar as sociedades indígenas (fato que já vem sendo observado), pois tais influências podem interferir na autonomia cultural e na construção identitária, provocando um profundo desequilíbrio na vida social dos indígenas (RIBEIRO, 2006).

Diante disso, os estudos realizados junto à Comunidade Três Unidos, com a etnia Kambeba, nos possibilitaram uma análise das relações sociais e culturais ameríndias com o não índio, observando até que ponto a relação intercultural entre indígenas e não indígenas tem influenciado a perda de valores culturais Kambeba em relação à sexualidade, privilegiando o erotismo como um aspecto inerente ou não às relações sexuais e de acasalamento indígenas e como um reflexo correlato ao processo de globalização – que tem causado distorções intraculturais e interculturais irreversíveis para muitas comunidades tradicionais indígenas – hoje pertencente a dois mundos: aquele que querem preservar e aquele que lhes foi imputado por diferentes formas de colonização.

Entender a sexualidade implica retomarmos os modelos sociais hegemônicos das sociedades ocidentais para então iniciarmos uma crítica, pessoal e social, dos discursos vigentes, que de acordo com Nunes (2005), nos permite perceber a construção social da sexualidade, compreendendo as relações sexuais como resultados de intercontatos socioculturais, construídas em determinadas estruturas, modelos e valores que dizem respeito a determinados interesses de épocas diferentes.

Nesse contexto, a construção histórica da sexualidade brasileira baseia-se na presença de três complexas matrizes sexuais: o modelo sexual hegemônico e os modelos considerados periféricos: o indígena e o africano. O primeiro, sustentado na moral judaico-cristã nos séculos XVI e XVII foi fortemente marcado por um sistema moral contraditório que, por um lado, penalizava os atos ilícitos cometidos na relação conjugal, por outro, não punia os delitos extraconjugais por não ameaçarem a ordem política e social vigente. Quanto ao segundo e ao terceiro modelos, ambos caracterizavam-se por possuírem uma multifacetada pluralidade cultural, favorecendo, sem possibilidade de controle, maior permissividade nas relações (STEARNS, 2010).

Em face dos conflitos culturais e sociais derivados dessa transmutação cultural, esclarecemos que seria incorreto tratarmos as condutas sexuais de índios e africanos de forma homogênea, pois apesar de coexistirem juntas no período da colonização, ambas apresentam padrões sexuais completamente diversos e por vezes antagônicos. De tal sorte que, de comum, só podemos detectar dois pontos convergentes: a grande diversidade estrutural e menor rigidez repressiva, quando comparadas com sociedades dominadas por códigos e leis escritas (DEL PRIORE, 2011; CARMO, 2011).

A partir desse parâmetro de análise, descrevemos então os aspectos específicos da sexualidade indígena, vigentes no século XVI e XVII, até onde há registros, reconstituindo a história, para depois constataremos as mudanças ocorridas por aculturação/assimilação

(GALVÃO, 1979), ou ainda por efeitos de hibridização cultural e identitária enfatizada em situações de modernidade e pós-modernidade em que vivem diferentes povos e sociedades (HALL, 2006).

No tocante ao erotismo, há registros de que a relação dos recém-chegados portugueses com as índias, não se consolidou por pura necessidade devido à ausência da mulher branca, pois muitos se impressionaram com a beleza das nativas pardas e bem dispostas que se mostravam limpas e robustas, confirmando que a morenidade e robustez eram, então, padrões de beleza e erotismo velados na Europa.

Essa forma de ver as índias ratificou a possibilidade de outras relações de sexualidade entre indígenas e colonizadores. Desvelou-se que os indígenas possuem sua forma peculiar de lidar com as coisas do amor, e em algumas etnias a atmosfera erótica está impregnada à vida cotidiana. O que fica evidente é que, a relação sexual ocorre espontaneamente e o erotismo flui naturalmente na intensidade do que vivem como acontece com qualquer ser humano, experimentando expressões e formas de amar em sua totalidade.

Aprofundando a concepção do erótico entre os indígenas, Raminelli (2001) afirma que a sexualidade fazia parte da vida natural dos autóctones indígenas desde o início da colonização. O erotismo, como forma de desejo e estímulo para o ato sexual, era considerado natural, assegurando o domínio do corpo e a liberdade sexual sem a carga da culpa.

No relato de Levi Strauss (2000, p.270), em contato com os Nambiquara, percebe-se que o temperamento indígena influencia o erotismo, ao afirmar que: “no decurso dos jogos amorosos a que os casais se entregam de tão boa vontade e de forma tão pública, que são, por vezes, audaciosos, nunca notei um início de ereção”. O prazer entre os casais tem mais relação com as brincadeiras e os sentimentos do que com o corpo. No entendimento de Levi Strauss (op.cit.) “povos que vivem completamente nus não ignoram o que nós chamamos pudor: apenas alargam os seus limites”. Importa destacar que para os índios, a nudez era considerada natural e estava associada à ideia de pureza e formosura, não tendo para eles, conotação erótica ou sensual.

Em relação aos Kambeba, estes não andavam nus e sua riqueza cultural foi atribuída a dois fatores: à aparência física e ao uso de indumentária. Apesar de não termos registro histórico e documentação relativa aos estudos do corpo, duas civilizações se destacaram, principalmente, pela beleza corporal e por sua estatura desproporcional em relação aos outros indígenas, que são os Omágua e os Kamanau. Os Omágua viviam vestidos com túnicas coloridas de algodão confeccionadas por eles próprios e a nudez, pelo menos no início da

colonização, parece não ter sido um foco de estranhamento, quando associada às possíveis provocações de erotismo (PORRO, 1996).

Entretanto, a grande maioria das demais etnias sim, conforme relata com certo prazer, Pero Vaz de Caminha, a nudez representou o primeiro choque étnico em relação ao sexo e, conseqüentemente, à construção da sexualidade por parte dos indígenas e europeus. As primeiras impressões fisiológicas dos viajantes sobre as cabeleiras cerradinhas das índias, destacando a forma como elas lidavam com suas partes pudicas, causou forte resistência ao universo da moral europeia, cuja nudez dos índios foi considerada uma heresia, pois segundo afirma Barreto (2007), as “vergonhas” sugerem sexo e o temor da sexualidade condiciona o sentimento de pudor, prescrito pela moral cristã, que se ergue contra a nudez inscrita no quadro mais vasto da luta contra o paganismo e a sexualidade. “Estar nu é estar vulnerável ao pecado” (BARRETO, 2007, p.73).

Em consequência dessa visão unilateral e desrespeitosa dos colonizadores, a palavra de ordem era “cobrir-se”¹² e desta forma combatia-se o que se entendia por desejo sexual e por erotismo desenfreado no obscuro objeto do desejo, que tinha na mulher índia o seu principal representante no início da colonização (BARRETO, 2007).

Sob tal prerrogativa, subjugados e incompreendidos, os índios, por meio de uma aculturação de choque, não podiam mais andar nus. Ademais, conforme nos afirma Barreto (2007), o problema não era a nudez, mas estar vestido era uma maneira de proteger o corpo contra os olhares e desejos do outro, porém, esse é um dos exemplos do peso progressivo do (des) encontro de culturas, que infligiu mudanças de comportamento na relação entre os sexos, modelando gradualmente a vida íntima das sociedades indígenas.

Em síntese, não pretendemos abordar detalhadamente os processos de todo intercuro sexual que deu origem à miscigenação do povo brasileiro. Mas essa primeira parte nos dá um resumo primário do que representa o choque cultural entre povos com diferentes concepções de vida e com itinerários históricos distanciados e ignorados pelas subjetividades em conflito de identidades condicionadas por fatos e culturas imperceptíveis aos olhos do sujeito opressor e do sujeito oprimido.

Como atributos do ser socialmente construído e como reflexo de fenômenos interculturais proporcionados por deslocamentos culturais, as identidades resultantes, híbridas ou misturadas acabam por expor um sujeito ativo em sua sexualidade, sendo este portador de

¹²Grifo nosso

intrigantes formas de conceber, sentir e manifestar as culturas às quais está imbricado (HALL, 2006).

Vale ressaltar que os efeitos globalizantes em relação às trajetórias e aos conflitos de gênero vivenciados pelos sujeitos em diferentes épocas, traz para o campo da abordagem sobre sexualidade, uma preocupação mais apurada sobre os processos que denotam as contradições sentidas e vividas por diferentes povos na construção de uma identidade, em específico.

De acordo com Hall (2006), esse aparente sujeito unificado, isto é, portador de uma “unidade cultural inabalável”¹³ apresenta-se hoje, na pós-modernidade, como um sujeito portador de várias identidades, e não apenas de uma.

¹³Grifo nosso

CAPÍTULO II

PERSPECTIVAS DE UMA INTERCULTURALIDADE

A Interculturalidade está relacionada com a educação da população indígena e busca atender às necessidades básicas dos educandos que possuem uma cultura diferenciada. Seguindo a linha de raciocínio do conceito acima, propositadamente, titulamos esse capítulo para embasar a proposta central da nossa pesquisa que visa conhecer como os Omágua/Kambeba lidam com a sua sexualidade ou como a concebem nos tempos atuais, e de que maneira vem sendo abordada a educação sexual na escola da comunidade Três Unidos no Ensino de Ciências.

Considerando que os indígenas, agora respaldados por um conjunto de leis, lutam para manter seus costumes, sua língua e sua cultura, a educação intercultural entra como um aporte fundamental e transformador, contribuindo para a construção de uma pedagogia coadunada com a diversidade. Pensar na perspectiva da interculturalidade é um inegável avanço para que se estabeleça a interpenetração de culturas, visando à efetiva execução de práticas sociais e governamentais que entendam a educação indígena como prioridade em nossa região.

Nesse particular é grande o desafio de compreendermos como os indígenas Kambeba tem procurado, pedagogicamente, preservar o seu conhecimento tradicional, tendo em vista que, pelo método assimilacionista praticado durante muito tempo, as crianças indígenas são forçadas a aprender em curto espaço de tempo a cultura ocidental, indo à escola e recebendo apenas o conteúdo curricular de nossa cultura.

De tal sorte, pelas análises dos dados que nos foram repassados, atualmente, o povo Kambeba de Três Unidos tem procurado se enquadrar no modelo pluralista (MELIÁ, 2000), onde há um esforço para que ambas as línguas, tanto indígena quanto nacional, andem paralelamente em igualdade ao longo do currículo escolar, dando provas de uma perspectiva intercultural de ensino, que pode nortear a inclusão de outros povos na luta para manter sua alteridade e identidade diferenciada.

Conseqüentemente, a perspectiva acima consiste em propormos um diálogo e um encontro da cultura Kambeba com a cultura da sociedade envolvente no cotidiano escolar. Entretanto, para que a interculturalidade venha a se consolidar na escola da comunidade Três

Unidos, a valorização da diversidade deve estar embasada em propostas concretas que desestabilizem o paradigma educacional enraizado em práticas pedagógicas que negam a alteridade. Conhecer tais propostas é o nosso foco nesse capítulo.

Seguiremos analisando a história desse grupo étnico, um dos primeiros a ter contato com os colonizadores, observando como eles vivem atualmente, como educam suas crianças, que tipo de escola e de educação pretendem desenvolver na sua comunidade, o que valorizam de sua cultura, o que já perderam de suas tradições e o que anseiam para suas futuras gerações.

Revisitando esse povo e a sua cultura, esperávamos encontrar caminhos viáveis para estudos e debates acerca da diversidade cultural e apresentar aos educadores, estudantes, pesquisadores e instituições de ensino os aspectos importantes da perspectiva intercultural, saindo da utopia para a realidade.

3.1 OMÁGUA/KAMBEBA: ORIGEM E TRAJETÓRIA

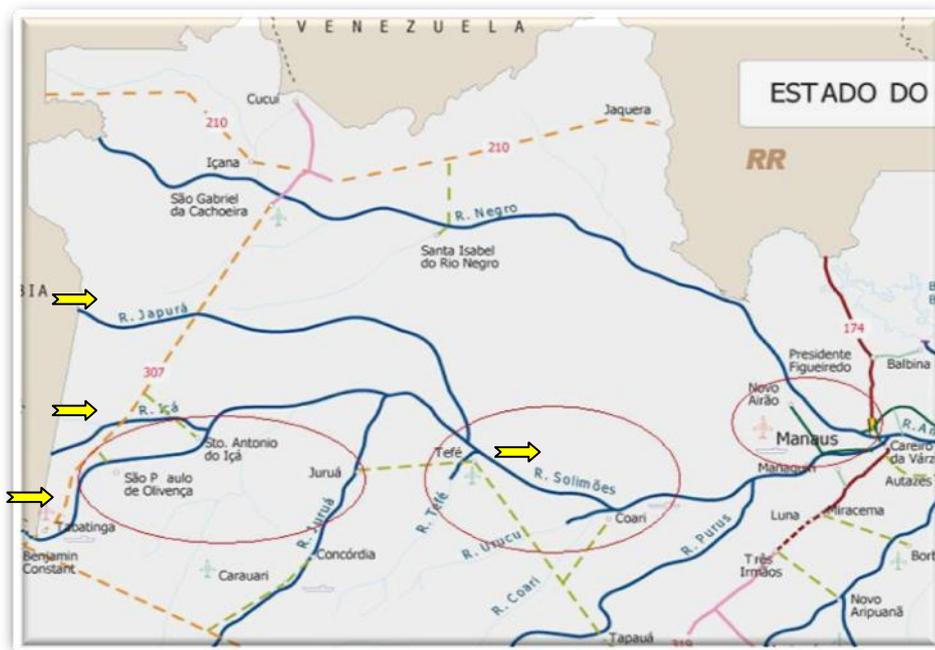
Limitaremos-nos a traçar um breve resumo histórico desse grupo étnico, cujas peculiaridades revelam um conhecimento diferenciado, permitindo que nossos interlocutores se familiarizem com os aspectos culturais e o modo de vida dos povos da Amazônia que tiveram os primeiros contatos com os colonizadores, dentre os quais, destacamos os Omágua/Kambeba. Para entender esse povo diferenciado, apresentaremos resumidamente sua trajetória e origem.

Sobre esses povos que aqui viviam, as informações que obtivemos foram encontradas nos relatos dos naturalistas, viajantes e cronistas que aportaram nestas terras no século XVI e XVII. De acordo com os registros de Cristóbal de Acuña (1994), Alexandre Rodrigues Ferreira (1974), Samuel Fritz (1988) e Paul Marcoy (2006), os Omágua, um dos mais importantes grupos indígenas do Alto Rio Amazonas, pertencentes ao tronco linguístico tupi, eram diferenciados por suas particularidades culturais, dentre as quais destacamos a cor mais alva, a figura elegante, as habilidades na construção de canoas, a produção de cerâmica e de objetos de borracha; quando comparados a outros povos eram considerados civilizados e razoáveis, pois eles andavam vestidos, fabricavam e comercializavam tecidos de algodão;

entretanto, essa predominância da imagem de “mais civilizado”¹⁴ que outros povos, estão na grande maioria, relacionada com a visão de cada cronista e também pelo fato desses índios apresentarem aspectos culturais mais próximos do mundo europeu. Há registro, na literatura seiscentista, de que os Omágua, dentre outros, foram os que mais rápido se adaptaram aos costumes impostos por nossos colonizadores (PORRO, 1996).

Os Omágua ocupavam geograficamente a várzea amazônica, em aproximadamente 17.500 km, traçando um percurso migratório de fundamental importância no processo de ocupação colonial, por ter sido a única via de acesso ao desbravamento do Novo Mundo. As primeiras notícias históricas indicam que os grupos de língua Tupi se deslocaram em grandes migrações pelo Rio Amazonas acima, ocupando grande parte da bacia amazônica em descimentos pelos principais afluentes (PORRO, 1996), dos quais podemos destacar o rio Javari, o rio Iça e o rio Japurá, conforme podemos observar abaixo, no mapa da figura 1.

Figura 1. Ocupação geográfica e migrações da etnia Kambeba.



Fonte: Mapa Ministério dos Transportes-2013.

No processo de migração e descimentos, os Omágua são originários do Peru, pois nos dois primeiros séculos da colonização, estavam distribuídos em dois grandes agrupamentos:

¹⁴ Grifo nosso

no Alto Rio Napo¹⁵ (Omágua-Yetê ou Omágua verdadeiros) e no Alto Rio Solimões¹⁶ (Omágua das ilhas), cujo território se estendia desde o atual município de Fonte Boa, até o território peruano (PORRO, 1996).

Esses povos eram numerosos e guerreiros, tendo como antigos inimigos os Tikuna e os Mayoruna. Em estudos recentes concluíram-se que os Omágua de Coari e Tefé não seriam os mesmos do Alto Rio Amazonas na região de Aparia, mas apresentavam características que os assimilava.

Há relatos de que eram antropófagos e sobre isso cabe uma ressalva para se diferenciar antropófago de canibais, pois de acordo com Cunha (2012) a antropofagia é a instituição por excelência dos Tupi; se mata o inimigo não para matar a fome, mas para vingar-se, ganhar prestígio político e até uma imortalidade imediata. Nas guerras demonstravam crueldade, cortando a cabeça do inimigo e as pendurando em suas casas como um troféu; por vezes arrancavam até os dentes dos inimigos e faziam gargantilhas para seu adorno; eram adeptos também do infanticídio como medida de controle e sobrevivência, prática muito comum entre os indígenas desse período (FERREIRA, 1974; ACUÑA, 1994; PORRO, 1995).

Ao se estabelecerem no Brasil, receberam talvez da grande nação dos tupinambá, o nome de *Iacanga-peua* (cabeça chata), em alusão ao costume de achatar a cabeça dos recém-nascidos. Dessas duas palavras da língua Tupi os portugueses criaram algum tempo depois, a palavra *Cambeuas*, que mais tarde virou *Cambeba* e em sua própria língua passa a ser denominado *Kambeba* (MARCOY, 2006).

Quanto ao hábito de achatar artificialmente o crânio dos recém-nascidos, destacado por quase todos os cronistas, segundo relatos, o uso deste artifício era destacar que não comiam carne humana, e assim poderiam escapar da escravidão. Ainda de acordo com registros é provável que esse hábito tenha se desfeito nas últimas décadas do século dezoito (FERREIRA, 1974).

Um dos vários costumes do povo Omágua, era a feitiçaria, utilizadas em suas curas e outras imposturas. Dominavam, ainda, a técnica de construir canoas, fabricar cerâmicas belíssimas e confeccionar botas, sapatos, chapéus, bolas, entre outros artefatos, com a goma ou resina elástica (borracha). Praticavam ritos e cerimônias, tanto no nascimento dos filhos, quanto na chegada da puberdade e nas primeiras assistências mensais e periódicas das índias (FERREIRA, 1974).

¹⁵Para orientação do leitor, esclarecemos que o afluente da margem esquerda do Rio Amazonas no Peru, recebe o nome de Rio Napo.

¹⁶Pelo mesmo motivo, o afluente da margem esquerda do Rio Amazonas no Brasil, recebe o nome de Rio Solimões.

La Condamine (1992), ao passar pelo Alto Rio Amazonas no ano de 1743, afirmou que das 30 aldeias Omágua que ocupavam a região da várzea, marcadas no mapa de Samuel Fritz, só restaram ruínas. Fatores como guerras, descimentos, catequeses, epidemias e fugas levaram esses indígenas, por quase dois séculos, a uma violenta depopulação, chegando quase à extinção. Os que sobreviveram fugiram da escravidão que se intensificou ao longo da calha do Solimões, persistindo até a metade do século XIX.

Quanto aos principais aspectos da vida dos Omágua/Kambeba, muita coisa mudou em decorrência do processo demográfico e cultural de longa duração da ocupação europeia, resultando numa realidade etnográfica substancialmente distinta da que havia sido observada pelos primeiros exploradores (PORRO, 1996). Mas podemos citar Laureano de La Cruz (1647-1650) que, por intermédio de suas crônicas, registrou na história os primeiros relatos, em que alguns desses aspectos são, ainda hoje, observados pelos Kambeba.

Politicamente os Omágua usaram seus conhecimentos e sua habilidade de relacionamento para sobreviver. Aqueles que não se subjugaram à escravidão, se refugiaram para não morrerem e aos poucos aboliram, dentre outros, o costume de achatar as cabeças, por volta do século XVIII. Reduzidos a pequenos grupos familiares, sobreviveram nas ilhas e várzeas do Alto Rio Amazonas, permaneceram desaparecidos, levando muitos a pensar que estivessem extintos e só reapareceram quando os direitos indígenas se consolidaram pela Constituição Federal de 1988.

No território brasileiro, os Omágua/kambeba estão distribuídos em cinco aldeias das quais quatro estão na região do médio Solimões, a saber: na aldeia Jaquiri entre a cidade de Alvarães e Tefé, na aldeia de Igarapé Grande, em Barreirinha das Missões ou Betel, Cajuhiri em Coari e uma no baixo rio Negro, na desembocadura do rio Cuieiras na aldeia Três Unidos (nosso campo de pesquisa), na cidade de Manaus e em outras cidades do alto Solimões, que de acordo com dados do ISA (Instituto Sócio ambiental) e OCAS (Associação dos Kambeba do Alto Solimões), foram incorporados aos Tikuna por ocasião da demarcação das terras indígenas Tikuna, mas, hoje, estão iniciando um processo de afirmação étnica articulado pela OCAS com apoio dos Kambeba do médio Solimões, totalizando aproximadamente no Brasil, mais de 1.500 indivíduos¹⁷.

Antigamente, por questões políticas, os Omágua praticavam o Liverato (prática em que o irmão do cacique morto, casava-se com a mulher do mesmo), para manter na liderança a mesma linhagem e dessa forma fortaleciam-se politicamente. Apesar de sabermos que hoje

¹⁷Dados acessados no site Povos Indígenas no Brasil.

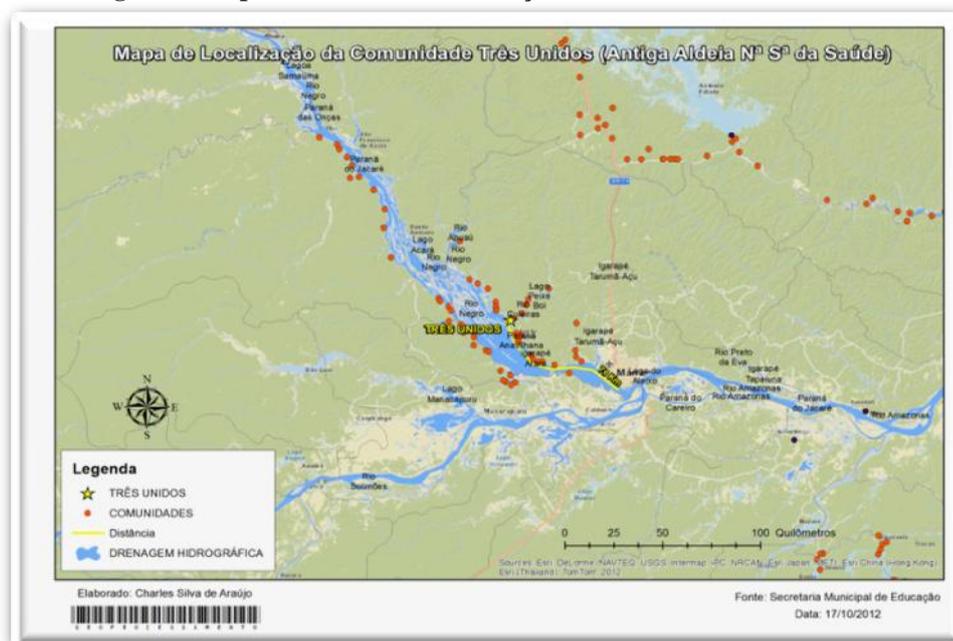
a grande maioria dos Kambeba é católica, existindo apenas em Betel a influência Pentecostal, há registro de que eles acreditavam em um ser supremo- o deus sol *Sumé-Tupã* e sempre tiveram um chefe, obedecendo a um Rei- o Tururucari.

Ao contrário do que muitos pensam os índios não estão em extinção, pois eles até aumentaram sua população e lutam atualmente para homologar suas terras e resignificar a sua cultura. Conheceremos, agora, com mais detalhes os Omágua/Kambeba da comunidade de Três Unidos.

3.2 TRÊS UNIDOS: ALDEIA KAMBEBA

A comunidade indígena de Três Unidos fica localizada à margem direita do rio Cuieiras, mais precisamente na desembocadura desse mesmo rio, na margem esquerda do Baixo Rio Negro, a 50 km da capital do Estado do Amazonas, Manaus, Conforme pode ser localizada no mapa a seguir:

Figura 2. Mapa atualizado da localização da comunidade TrêsUnidos.



Fonte: Semed /2012

Na historicidade dessa aldeia, tudo começou quando os Kambeba da família Cruz partiram do Igarapé Grande, no Médio Solimões, com destino a Manaus em busca de tratamento médico para o tuxaua Valdomiro Cruz (ainda vivo). Este vive na aldeia Kambeba Tururukari-Uka localizada no Km 47 da Manaus-Manacapuru com a esposa, a filha (líder da comunidade), o neto e outros parentes kambeba.

Em decorrência desse incidente, originou-se, no ano de 1991, a formação da aldeia Nossa Senhora da Saúde, nas margens do Rio Negro, a cerca de quatro horas de viagem de Manaus, hoje denominada Comunidade indígena de Três Unidos. No início eram apenas quatro famílias; atualmente, residem no local cerca de quatorze famílias, somando a quantidade de mais ou menos 60 indígenas¹⁸.

A organização e as características habitacionais da comunidade Três Unidos apresentam-se por meio de construções – casas com grandes pernas, mais parecendo as do tipo palafitas¹⁹, todas enfileiradas, uma ao lado da outra, acompanhando o contorno da margem do rio, predominando em sua maioria as de madeira, conforme mostra a figura abaixo:

Figura 3. Estilo das habitações da comunidade de Três Unidos



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

¹⁸ Fonte: pesquisa de campo, outubro/2012.

¹⁹ São casas construídas em cima de estacas que ficam em níveis acima da terra, pois elas ficam situadas em terrenos que em épocas de chuvas ou enchentes, alagam, ficando assim seguras sobre a água. Fonte: <http://www.dicionarioinformal.com.br/palafita>.

Cabe aqui recordar que a princípio as casas eram construídas todas em madeira de cedro, com teto de palha (Ubim) amarrado cuidadosamente com cipó, formando grandes construções retangulares ao longo dos rios. As aldeias eram próximas e possuía cada uma seu porto próprio (PORRO, 1996). Atualmente, o teto de palha vem sendo substituído por telhas de alumínio, que é mais durável, conservando o piso bem alto e a mesma disposição linear de casas ao longo da praia como é possível observar na figura acima.

Podemos encontrar como referência de controle da presença estatal a Escola Municipal Três Unidos-Kambeba de Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano (Figura 5), vinculada à Secretaria Municipal de Educação – SEMED – e uma Escola Polo Estadual Samsung de Ensino Médio (Figura 6), construída por meio da Fundação Amazônia Sustentável - FAZ em parceria com o governo do Estado do Amazonas e com as empresas Samsung e Coca-Cola.

Ambas podem ser visualizadas nas fotos a seguir, mostrando os avanços obtidos pela parceria com instituições, comprovando ao mesmo tempo, que os indígenas do nosso século conseguem se adaptar ao que lhe é oferecido pela cultura envolvente e que pode servir aos interesses para melhoria de vida na comunidade:

Figura 4. Escola de Ensino Fundamental de Três Unidos.



Fonte: Pesquisa de campo-2011

Figura 5. Escola Polo Estadual Samsung de Ensino Médio



Fonte: Pesquisa de campo-2012

Atualmente, existe uma proposta da SEMED-AM (Secretaria Municipal de Educação), que visa modernizar, ampliar e equipar a escola de ensino multiseriada da comunidade de Três Unidos até 2013. A escola vem ganhando destaque pelo seu trabalho pedagógico e pela articulação política do tuxaua da aldeia, no sentido de formar parcerias em busca de uma Educação Escolar Indígena diferenciada, bilíngue, intercultural e de qualidade.

Nos espaços arenosos, circundantes das casas, encontramos ainda uma Capelinha do Divino Espírito Santo, pois os Kambeba de Três Unidos são católicos do tipo liberais, realizam uma missa a cada seis meses quando recebem a visita de um padre ordenado. Há também uma Associação Comunitária para realização de assembleias e encontros, um Polo Base do Distrito Sanitário Especial Indígena-DSEI de Novo Airão-Amazonas (com apoio da FUNASA²⁰ e da COIAB²¹), coordenado pelo tuxaua que desenvolve o trabalho de agente de saúde, prestando assistência para todos os “parentes” índios e não índios das comunidades adjacentes.

Essas dependências podem ser visualizadas na figura 7 a seguir:

²⁰ Fundação Nacional da Saúde

²¹ Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

Figura 6: Associação Comunitária e Capelinha do Divino Espírito Santo



Fonte: Pesquisa de campo-2012

Além desses, existem dois espaços destinados ao turismo na região: um espaço reservado para vendas de artesanatos que são produzidos pelas mulheres kambeba, expostos em pequenas estruturas ovais de madeiras, pertencentes a cada família especificamente.

O artesanato produzido pelas mulheres Kambeba, apresentam algumas características tradicionais relacionadas à sua cultura, mas necessitam de um aprimoramento técnico na preparação e conservação das sementes. Já existem cursos de técnicas de acabamento para um melhor aproveitamento da matéria prima oferecidos por instituições municipais e ONGs, e de contra partida, há também um visível interesse das mulheres indígenas em fazê-lo, corroborando com o que já foi afirmado anteriormente, pois é do interesse desse povo oferecer um artesanato de qualidade e conseqüentemente aumentar sua renda.

Ao fundo encontramos um restaurante gerenciado pela Associação das Mulheres Kambeba-ASMIK, construídos para atender os turistas que visitam a aldeia. Durante a construção da escola polo, serviu como fonte de renda alternativa, fornecendo alimentação aos trabalhadores que participaram da construção da escola polo Sansung.

Esses pontos de turismo e obtenção de renda na comunidade podem ser visualizados nas fotos das figuras 8 e 9 a seguir:

Figura 7. Espaço reservado à venda de artesanato na comunidade.



Fonte: Pesquisa de campo-2012

Figura 8. Restaurante da Associação de mulheres Kambeba-ASMIK.



Fonte: Pesquisa de campo-2012

Desde a partida do 1º Tuxaua para a aldeia Jaquiri, a comunidade é representada pela figura de outro Tuxaua que é também o agente de saúde e pelo professor Kambeba, considerados lideranças escolhidas pelo coletivo da comunidade. São eles os responsáveis pela organização e harmonia do lugar, pela busca de direitos e parcerias que possam beneficiar a comunidade.

Mas, além da liderança coletiva representada pelo Tuxaua e pelo professor, a comunidade conta com a liderança das mulheres Kambeba, referenciada por meio da Associação das Mulheres Indígenas Kambeba – ASMIK. Esta realiza trabalhos importantes, promovendo a sustentabilidade e a articulação entre os setores competentes na busca de melhorias comunitárias, como: produção de artesanato e exposição das peças aos turistas e visitantes. Além disso, realiza mensalmente exposições de seus trabalhos artesanais na capital Manaus por meio da Fundação Amazônia Sustentável – FAS.

Essa comunidade, formada especificamente por Kambeba, tem um diferencial em relação às demais, pois, é bastante organizada, com um povo que se autogoverna e que não se deixa abater diante das dificuldades. É uma referência de apoio às demais comunidades do rio Cuieiras, o que levou a liderança a firmar um convênio com uma empresa de turismo de Novo Ayrão-Amazonas, para que a comunidade passasse a servir como ponto turístico, aumentando significativamente a renda desses indígenas.

Nesse particular, é fundamental entender que os kambeba sempre foram acessíveis ao diálogo, conseguindo se adaptar com facilidade as diversas maneiras de obtenção de recursos dos não índios. O convênio com a empresa de turismo evidencia a visão e a ousadia de seus líderes ao se arriscarem com as possibilidades, demonstrando sua alta capacidade de adaptação e maleabilidade no quesito sustentabilidade, mas, é bom esclarecer que existem algumas limitações amparadas em regras kambeba, que não permitem interferências negativas na sua maneira de viver e em seu juízo de valor. Todas as decisões são passíveis de discussão onde se mede os prós e os contras, proporcionando a melhor e mais viável opção.

Evidentemente, que um convênio comercial tem seus aspectos positivos e negativos e, quando mal direcionado, pode alterar o ritmo de vida de uma etnia que considera importante manter suas tradições e seus costumes, entretanto, os Kambeba parecem seguros quanto ao controle dessa situação. Aliados a necessidade de sobrevivência, os kambeba se utilizam da racionalidade de base capitalista, aproveitando o contato com o outro na intenção de aprender, aumentar ou transformar seus conhecimentos.

A representatividade da comunidade Três Unidos, com uma estrutura e uma organização muito bem conduzidas por seus representantes e líderes coletivos, assume um

importante papel político de liderança na região em busca não só de reconhecimento étnico, mas, também, do direito a terra, à educação e à saúde – três fatores essenciais à sobrevivência dos moradores da aldeia e das comunidades próximas. Por isso, os líderes Kambeba exercem influência articuladora entre os povos da região, buscando parcerias com entidades de apoio e com o Estado:

os kambeba mantêm relações com diferentes atores sociais [...] Quando tem que lutar por seus interesses ou afirmar os seus direitos, o fazem buscando sempre a diplomacia [...] Esse aspecto também foi verificado em Nossa Senhora da Saúde, desde quando se estabeleceram no local realizaram contatos com a “vizinhança”: índios, comerciantes, proprietários de “recreios” (barcos) e pescadores. Tais relações transformaram o porto da comunidade Kambeba no principal porto do rio Cuieiras e num importante meio de comunicação e troca de informações entre os kambeba e as comunidades ribeirinhas e indígenas no rio Cuieiras (MACIEL, 2007)²².

O povo Kambeba tem demonstrado que a coletividade e o conhecimento sobre as leis e os direitos indígenas são primordiais para a reivindicação e conquista de uma cidadania condizente com a melhoria de vida da comunidade que, mesmo pequena, destaca-se frente a outras etnias que possuem número maior de pessoas, mas que não tem os direitos mínimos reconhecidos.

A organização social da Comunidade Kambeba reivindica junto aos diversos órgãos governamentais suas demandas socioeconômicas e de sustentabilidade; no entanto, quando o poder público não responde, eles costumam criar certas alternativas ou celebrar parcerias para suprir suas necessidades, adequando o espaço em que se encontram às possibilidades de exploração dos recursos naturais e culturais presentes na região, conforme afirma o tuxaua:

nos analisamos as propostas que chegam até nós. Queremos o melhor pra nossa comunidade, mas não abrimos mão dos nossos direitos nem da nossa cultura. Já ofereceram dinheiro pra tirar areia da nossa praia e não aceitamos. Nossa terra é mais importante e não a trocamos por dinheiro nenhum, só fazemos o que é bom pro nosso povo (Tuxaua da comunidade, 2012).

²² MACIEL, Benedito. Consulta no site: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kambeba/322>

Agregue-se a esse comentário, um dos principais gargalos da afirmação da identidade indígena que consiste em usufruir de todas as possíveis ofertas da cultura do não índio e mesmo assim, continuar a ser identificado como índio. Decerto que têm compartilhado suas experiências e fortalecido sua identidade por meio de atividades e de comunicação com os não índios, para quem divulgam as práticas culturais, demonstrando a capacidade de adaptação às condições sociais adversas e à luta que, historicamente, vem travando para continuar vivendo como povo diferenciado; mas são enfáticos em afirmar que querem sobreviver sem perder seus hábitos e costumes.

Dentre outras necessidades, em relação à prática da agricultura como meio de subsistência, a área da comunidade não é suficiente para todos os Kambeba fazerem suas plantações, por isso eles têm reivindicado junto à FUNAI a ampliação da área, considerando que a tendência da comunidade é crescer, deixando claro sua intenção de não abrir mão dessa terra.

Observando os Omágua/Kambeba na comunidade Três Unidos e pesquisando em fontes quinhentistas e seiscentistas, percebe-se que as características marcantes do passado colonial desse povo, quase já não existem. Mas é necessário compreender que as culturas, inclusive as indígenas, são dinâmicas, incorporam e influenciam hábitos e costumes num processo contínuo de aculturação, o que não invalida sua indianidade (HALL, 2006).

Todavia, João Pacheco de Oliveira, antropólogo e professor titular do Museu Nacional/UFRJ nos afirma que os direitos indígenas assegurados pela Constituição de 1988 e definidos na Convenção 169, não dependem de uma condição de “pureza cultural” a ser comprovada nos índios e grupos étnicos atuais, mas sim no reconhecimento pelo estado de sua condição de descendentes da população autóctone. Esses indígenas buscam na memória própria, por meio da revitalização e do fortalecimento da cultura Kambeba, suprir as necessidades básicas de sobrevivência e primar por uma identidade que não os anule como índios, e, sobretudo garantir o amparo legal, estatal e diferenciado necessário as suas condições de cidadãos brasileiros.

Partindo do propósito de buscarmos compreender e respeitar as diversidades presentes na sociedade, evidenciamos a existência de um distanciamento entre o que está posto na lei e a sua aplicabilidade, mas ficou notório na pesquisa, que a resiliência desses povos representados por suas lutas sociais e conquistas diante de tudo que sofreram, não eliminou sua indianidade, nem os levou ao extermínio como muitos propuseram que aconteceria; pelo contrario, a população indígena aumentou, conforme o censo de 2012 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, revelando que a população indígena no país

creceu 205% desde 1991, quando foi feito o primeiro levantamento no modelo atual. À época, os índios somavam 294 mil, aumentando para 734 mil em 2000, o que significa em comparação a 1991 um aumento de 150%.

Os Omágua/kambeba deixaram de se identificar como índios em consequência da violência e discriminação que sofreram; e só reiniciaram o processo de afirmação étnica após o reconhecimento de seus direitos pela Constituição Federal de 1988, assumindo-se como índios da etnia Kambeba. Com efeito, a análise da inclusão e exclusão de certas tradições e costumes na pesquisa, deve nos remeter à reflexão de que é fundamental aprender a respeitar e a lidar com a contemporaneidade do indígena. Ainda persiste uma visão distorcida e equivocada quanto às características dos grupos étnicos que necessitam ser mudadas, mas é preciso conhecer e estudar mais detalhadamente sobre o processo identitário desses povos.

Ainda dentro do quesito identidade, não se pode recusar ao índio a sua história e o exercício da própria voz, alegando, por puro desconhecimento, que hoje não existem índios puros, que não há mais cultura tradicional nas comunidades, que não falam sua língua materna, que não vivem em malocas isoladas, que usam indumentária do não índio, que possuem TV de tela Plana, aparelhos de som, objetos eletrodomésticos ou que frequentam Universidades. Todos esses argumentos, muito presentes no senso comum do pensamento ocidental, só demonstram a enorme e generalizada dificuldade em compreender e aceitar os índios atuais, e os Kambeba também tem sido vítimas dessa discriminação.

3.3 CONCEPÇÕES DA ETNIA KAMBEBA SOBRE SEXUALIDADE

A vida sexual das sociedades indígenas desde o período da colonização tem sido gradualmente modelada devido à imbricação de culturas, processo observado também nos dias atuais. Para Laraia (2009), o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo denominado de endoculturação, levando o homem a romper com suas próprias limitações. Esse processo pode nos fazer entender que os grupos indígenas apresentam diversidade sexual entre si, e dependendo da incorporação ou não de certas regras, os mesmos se adaptam à medida que vivenciam novas experiências cotidianas.

Na pesquisa de campo buscamos verificar a vida afetivo-sexual na comunidade Três Unidos, coletando, por meio de observação e entrevistas abertas, suas opiniões e experiências

quanto ao namoro, ao desejo sexual e ao amor, assim como ao processo de aculturação, considerado um fator relevante na alteração de certos costumes e ritos ligados à sexualidade do povo kambeba.

Confirmando tal inferência, observou-se também que, para o índio, a educação sexual ocorre de forma naturalmente ligada ao seu modo de vida e a sua cultura, muito diferente do que normalmente entendemos, pois existe um diferencial de relacionamento nas sociedades ocidentais e na organização social de um povo indígena.

Na comunidade Kambeba, a base familiar e os laços de afetividade se articulam em torno de uma descendência patrilinear, mantendo-se as relações de parentesco, embora isso não seja regra, suas relações sociais são estabelecidas através de parentescos e alianças, mantendo-se ainda os acasalamentos entre primos cruzados, podendo haver a união de um Kambeba com um membro de outra etnia e até mesmo com um não índio, porém, quando o laço matrimonial é desfeito, a prole é considerada Kambeba, conservando seus costumes e não podendo abandonar a comunidade. Em consequência da influência católica, evita-se o matrimônio avuncular (tio com sobrinha).

No entendimento de Ribeiro (1998), uma cultura, mesmo singela, tem inumeráveis conteúdos comportamentais e técnicos que devem ser registrados criteriosamente, não bastando, apenas, descrevê-los. Entretanto, devido certas restrições éticas quanto a fotos e filmagens, bem como o difícil acesso a informações mais detalhadas, esclarecemos que as percepções da sexualidade aqui descritas, foram obtidas por observação direta e por entrevistas com as mulheres da comunidade, sendo que, a informante que mais contribuiu com seus relatos sobre as percepções da sexualidade e os saberes tradicionais indígenas ainda preservados, foi a líder da associação de mulheres, que também é parteira e a moradora mais antiga da comunidade.

Observamos que os assuntos que envolvem sexo despertam nos Kambeba o interesse e a curiosidade, eles são ávidos em conversar e, os comentários são acompanhados de risos e brincadeiras. Outra observação importante é que não há nenhuma restrição à presença das crianças, quando o assunto é a sexualidade. É válido reiterar que, as informações que serão descritas na sequência fazem parte da história da sexualidade de um povo indígena que vem sofrendo uma grande influência da cultura envolvente, logo, a violência que sofreram ou que praticaram podem já não se evidenciar em seus hábitos e costumes.

Evidentemente que os ritos sobre o nascimento, a covade, o resguardo, a iniciação e o casamento, repassados verbalmente e documentados por estudiosos da Amazônia como Porro (1995), Koch-Grunberg (2005), Galvão (1979), Ribeiro (2006) e Del Priori (2012) perderam

muito de sua essência e os costumes já não seguem o rigor de outros tempos, conforme nos relatou a líder das mulheres.

De acordo com Junqueira (2008, p.11), a tradição de uma sociedade é que define as regras das uniões matrimoniais e “nada na biologia do homem ou da mulher determina de antemão quantos cônjuges se deve ter”. Entre os kambeba de Três Unidos, foi colhida a informação de que não se pratica a poliginia e nem a poliandria, as uniões matrimoniais são exclusivamente monogâmicas.

Na comunidade de Três Unidos não é desejável o casamento de um homem adulto com uma menina ainda impúbere, ou seja, não há contrato de casamento pré-estabelecido pelos pais. O que predominava de acordo com o relato do tuxaua, era o sistema de dote e o casamento ocorria mediante o pagamento da noiva. Ainda assim, o noivo trabalhava para o pai da noiva por um período de cinco anos. Existia um ritual de acasalamento, mas cristalizou-se no tempo. O tuxaua atual relatou que:

na época do seu sogro, o tuxaua Valdomiro Cruz, antes da realização do casamento, o rapaz era testado na intenção de saber se tinha capacidade para cuidar de uma família. Primeiro tinha que construir uma casa debaixo do buritizeiro pra morar, dessa forma ficavam sabendo se o noivo tinha força, resistência e se era trabalhador. Ainda era levado para a mata, e lá tinha que derrubar uma árvore de sumaúma, no cabo do machado. Só depois se autorizava o casamento (Fala do Tuxaua, 2012).

Hoje, esse e alguns outros rituais, não existem mais. As mulheres, ao completarem 14 anos, já se consideram aptas para o casamento e os homens, um pouco mais tarde. Embora essa regra possa variar, tendo em vista que a vontade e o desejo de cada membro da comunidade são levados em consideração, evidencia-se, que não existe limite de idade para o casamento entre os Kambeba da comunidade Três Unidos.

As questões de acasalamento (quando se manifesta o desejo de casar) são conhecidas pela comunidade em assembleia, revelando a intenção do casal. Primeiramente, procura-se o Tuxaua para conversarem sobre a intenção de casar e depois a aldeia toma ciência do fato. A escolha do parceiro é livre, e como já mencionamos não é obrigatório pertencer à mesma etnia, o que configura que o casamento pode ser tanto endogâmico quanto exogâmico; só uma ressalva é imposta, permanecer na comunidade e seguir as regras do povo Kambeba. Se ocorrer um divórcio, o agregado pode sair, mas filhos e netos não. Em decorrência dessa

norma, os casamentos não são marcados pela uxorilocalidade²³, prática presente nas etnias do Alto Rio Negro (GALVÃO, 1979).

A festa do casamento é uma ocasião de manifestação cultural com apresentação de danças, sendo que a principal e tradicional dança era a *Timayti*, hoje esquecida e substituída pelo forró, de preferência dos jovens. O que permanece da tradição é a invocação do deus kambeba Tururucari, invocado para abençoar o novo casal. A festa ocorre no campo de futebol e pode estender-se pela noite toda; não requer a presença de um sacerdote católico, pois não há necessidade de um contrato formal, basta ter a permissão do pai ou parente mais próximo e do Tuxaua para oficializar a união.

Sobre o índice de separação na comunidade, permanece inexpressivo, pois em vinte anos, ocorreram apenas dois divórcios, segundo dados da informante. Não nos foi relatado nenhum caso de adultério.

Sobre a visão cosmológica desse povo, foi possível observar que as histórias míticas que os mais velhos e sábios contam oralmente aos mais jovens, falam geralmente da origem e transformação do universo, dos costumes, das crenças e dos saberes e tradições das sociedades indígenas, entretanto, essa maneira de ver e entender o mundo vem se extinguindo paulatinamente.

Na cultura indígena aprendemos a reconhecer que o mito é essencial para a transmissão de conhecimento, sendo também a base de transmissão dos saberes tradicionais, porém, ao perguntarmos sobre os mitos e rituais dos Kambeba, na fala do Tuxaua, foi perceptível um desabafo:

para o povo Kambeba aqui de Três Unidos o mito é vivência, mas deixamos de falar, por sentir que o não índio é muito incrédulo e chega até a rir de nossas crenças e costumes. Acreditamos na cobra grande, no mapinguari e no curupira que encanta mulheres, mas essa crença fica pra nós (Fala do Tuxaua, 2012)

Em relação aos mitos e ritos tradicionais ligados a sexualidade (nupciais), ou batismais e fúnebres muito pouco foi mencionado, deixando uma lacuna mítica em nossa pesquisa. Reconhecemos essa incompletude simbólica e lamentamos não constar nesse trabalho, pois temos ciência de que muito nos ajudaria a entender determinados comportamentos sexuais dos povos indígenas.

²³ Ao casar, as mulheres devem acompanhar seus maridos, mas os homens devem andar com seus sogros.

O que ainda se mantém entre os Kambeba de Três Unidos, segundo nosso informante, são as regras de iniciação (Ritual de iniciação) e as danças durante a cerimônia nupcial (Ritual de casamento). Nesse contexto, a prática de um ritual de passagem utilizado pelos Kambeba no início da colonização, que os obrigava a passar por uma prova de competência física para destacar a “nobreza” de meninos e meninas, já não existe mais na comunidade.

Ademais, também não se pratica deveres de hospitalidade nem troca temporária de cônjuges e por questões de valores morais, não é permitido relações sexuais pré-maritais, principalmente entre os jovens. Nenhuma informação foi passada sobre relações de levirato²⁴ e poliginia sororal²⁵, entretanto, a relação avuncular²⁶ já foi normalmente aceita no passado, mas hoje por questões religiosas, é evitada.

Os rituais de iniciação de meninos e meninas ocorrem, mas de forma abrandada e, segundo relato da líder da Associação das mulheres, não se pratica, atualmente, a reclusão púberal, que duravam meses para as meninas, apenas certos alimentos são proibidos durante o período da menstruação e o resguardo é recomendado. A mãe é quem orienta as meninas quanto ao banho de rio nesse período, para não atrair certos peixes ou o boto, que segundo reza a lenda, pode o pirayawara²⁷ ser atraído ao sentir o cheiro do sangue, se transformando em um homem com chapéu e vestes brancas que por encantamento pode arrastar a menina para dentro do rio e devolvê-la grávida.

De acordo com nosso informante, a união sexual entre os kambeba é motivada pelo desejo e sentimento, sendo a procriação uma consequência e não a causa. Quanto aos costumes e carícias sexual, percebe-se que são reservados evitando trocas afetivas em público. Sobre a concepção do ato sexual, foi informado que é natural e prazeroso, sendo acompanhado até de preâmbulos, e o jogo amoroso pode partir de ambos, embora não tenha ficado claro o sentido do erotismo na relação.

Na etnia Kambeba a mulher recebe um tratamento igualitário e respeitoso, a dominação não existe e as mulheres gozam de liberdade para expressar suas opiniões, participando de todas as decisões importantes. São elas que determinam quantos filhos irão gerar e se irão gerar. Os homens apresentam-se sempre dispostos para as relações íntimas, mas quem controla o dia, a hora e o momento é a mulher, ficando eles (os homens), na expectativa de serem acolhidos pela vontade delas. Isso parece ser uma peculiaridade atual de

²⁴ Regra tradicional de algumas tribos, em que falecido o irmão, o indivíduo casa com a cunhada.

²⁵ União de um homem a duas ou mais irmãs de sangue.

²⁶ Casamento de tio com sobrinha.

²⁷ Denominação dos tipos de botos

vários povos étnicos e suas culturas. Não há registro de estupro ou qualquer espécie de violência contra a mulher na comunidade.

O tratamento entre os casais é afetuosamente recíproco, embora sempre se portem de forma decorosa em público. Não há registro de homossexualismo na aldeia, o que não quer dizer que não ocorra relações homoeróticas entre os kambeba, mas essas questões são controladas pela influência religiosa da igreja católica. Baseado em informações da parteira, do agente de saúde e do diretor da escola não há registro de casos de doenças sexualmente transmissíveis – DST's na comunidade Três Unidos, até o presente momento. É importante esclarecer que as DST's são detectadas entre muitas etnias, mas no caso específico dessa comunidade, não há registros de dados em nenhum órgão oficial.

Para os Kambeba da comunidade a unidade doméstica é livre, ou seja, cada um tem o direito e o dever de cuidar do seu espaço e contribuir para o sustento familiar, sem, todavia, tender ao anarquismo. E quando necessário, se ajudam coletivamente (ajuri) ²⁸. O local da moradia é escolhido e toda comunidade ajuda na construção da casa, sendo que de início, os cônjuges fazem as refeições coletivamente, o que comprova que, apesar de serem autônomos, conservam ainda uma relação de solidariedade, típica dos povos ameríndios.

Quanto à influência da cultura ocidental na sexualidade dos kambeba de Três Unidos, observamos que devido à aquisição de meios de comunicação, com a sensualidade das cenas de novela, filmes e da própria internet, as concepções estão visivelmente se mesclando. As mulheres informaram que se sentem inclinadas a receber carícias em certas zonas erógenas do corpo, mas, ainda enfatizam que são os homens que gostam de comandar o ritmo da relação e alguns relutam em certas práticas por motivo não esclarecido.

O uso do anticoncepcional pelas mulheres é opcional, pois a maioria das mulheres recorre aos métodos de contracepção naturais, ainda mantidos entre os kambeba e repassados pelos mais antigos da aldeia. Sobre a camisinha, não é muito aceita entre os homens, pois alegam que diminui o prazer, sendo de preferência a “carne na carne”. ²⁹

Nos relacionamentos afetivos, de acordo com nossa informante, os homens são mais ciumentos que as mulheres e os desafetos são resolvidos rapidamente nos moldes tradicionais (na cama), pois observamos que suas casas, construídas coletivamente, têm espaços bem divididos e a intimidade do casal é preservada. A utilização do mato e do rio, espaços muito comuns no período colonial, passa a ser uma opção a mais nos dias atuais para os casados; entretanto, para os enamorados, continua sendo a principal opção.

²⁸ Forma de trabalho coletivo indígena, onde todos participam e colaboram.

²⁹ Grifo nosso

Uma característica importante observada na aldeia é a ausência de poder autoritário e isso se reflete nos relacionamentos sociais e afetivos. Essa permissividade já relatada no capítulo I parece ser uma importante regra de civilidade que deveríamos aprender com esses povos, pois muitos conflitos gerados pelo egoísmo e sentimento de posse seriam evitados.

Tal aprendizagem envolvendo a sexualidade, com troca de conhecimentos, não está isenta de dificuldades e conflitos, mas necessita ser socializada, divulgada e preservada. Com efeito, baseado em dados da pesquisa, é possível analisarmos que a influência hegemônica de um povo dominante sobre outro, produz bruscas e irreversíveis transformações sociais e culturais, sendo os Omágua-kambeba, dentre outros, a maior comprovação desse processo de hibridização, uma vez que, perderam territórios e grande parte de seu povo, sobreviveram como quem renasce das cinzas, mas certamente, em vários aspectos, muito diferentes dos kambeba dos séculos XVI e XVII.

CAPÍTULO III

A EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: UMA NECESSIDADE SOCIAL

A educação em ciências é uma necessidade social do século XXI em decorrência do ritmo desenfreado das mudanças sociais e do impacto gerado pelo extraordinário e vertiginoso progresso científico. Diante dessa afirmação, importantes e sérios desafios podem ser vislumbrados em relação ao analfabetismo científico, existente em grande parte dos estratos sociais, sendo fundamental um diálogo estreito entre a sociedade, a ciência e a tecnologia; e para tanto, é necessário que se melhore a qualidade da educação em ciências em todos os níveis e espaços educacionais.

Nesse capítulo, abordaremos a educação indígena e a sua relação com a educação em ciências na escola, analisando os desafios que os povos indígenas vêm enfrentando para repassar seus conhecimentos tradicionais às futuras gerações, tendo em vista a questão da pluralidade na educação. Dando sequência, faremos algumas considerações sobre a efetivação de projetos voltados para a educação sexual e como estão sendo trabalhados nas escolas indígenas. Verificamos os processos pedagógicos que os Kambeba estão desenvolvendo em suas escolas, e como têm lhes permitido serem eles mesmos, ainda que, seja fundamental compartilharem do conhecimento e da tecnologia do não índio.

Ainda em relação à Educação Escolar Indígena, procuramos conhecer a proposta intercultural que está sendo desenvolvida na comunidade e compartilhar tais lições de experiências desenvolvidas em seus espaços educativos. Apesar das divergências quanto às tendências das mudanças na vida das pessoas, há acordo, pelo menos num ponto: todos desejam lançar mão da educação para que as novas gerações se articulem da melhor forma possível e melhorem sua qualidade de vida. Para os indígenas não é diferente, pois em seu processo de afirmação étnica, a educação tem um papel fundamental na revitalização dos saberes tradicionais desses povos, que serviram de base para conhecimentos da ciência.

Nesse sentido, a educação em ciências exige um espírito crítico, aumentando a nossa capacidade de julgamento, pelo fato de vivermos em um mundo em constantes mudanças. Se o mundo muda, a escola também precisa mudar. Não há aprendizagem isolada ou estática, aprendemos por associação de muitas coisas que ocorrem ao mesmo tempo, e a experiência

vivenciada é sem dúvida, um tesouro de valor incalculável e fonte de provisão, nunca acabada ou perfeita, mas sempre disponível para ser utilizada como ponte de acesso a um novo conhecimento (KILPATRICK, 1973).

Abordamos, na sequência, a relação entre a educação em ciências e a cultura indígena que tem sido alvo de diversos debates nas últimas décadas; e nesses embates surgem defensores e críticos da inclusão ou não dos conhecimentos tradicionais indígenas no currículo escolar. Essa problemática existe e requer maior atenção por parte dos pesquisadores em educação, pois, tornou-se uma bandeira de luta o reconhecimento da educação indígena escolar diferenciada.

Esse reconhecimento está amparado em diversas leis, mas ainda não está consolidado dentro dos sistemas estadual e municipal de educação, pois ainda caminha precariamente, e por conta disso pretendemos abordar alguns pontos dessa situação, refletindo sobre a necessidade de maiores estudos para compreender os modos de aprendizagem de cada etnia. Existe ainda pouca produção com foco na Educação em Ciências na escola indígena, e se faz necessários projetos de pesquisa sobre os saberes que se diferenciam do cientificismo e preparação de cursos de formação para professores indígenas (TASSINARI, 2001).

Na escola Kambeba, presenciamos exemplos de uma prática pedagógica construída e inspirada no coletivo, onde a ciência é trabalhada cotidianamente e vivenciada como parte que não pode ser desconsiderada, acarretando risco a própria sobrevivência. Ressaltamos que, a forma de ler e interpretar os estudos e pesquisas etnológicos e linguísticos sobre os índios devem estar pautados no respeito, na solidariedade e no diálogo intercultural, pois, esses conhecimentos, desconsiderados pelos colonizadores, evidenciam as riquezas culturais desses povos e toda uma sabedoria que os inspirou e os guiou ao longo dos tempos.

É inegável a expressão de inteligência, a capacidade criadora e a adaptabilidade desses autóctones no processo de apropriar-se da natureza, forçando o seu cérebro a raciocinar, resultando em criações que fazem parte de sua cultura de autosustentabilidade.

Esses são, dentre muitos, um dos principais desafios que os povos indígenas têm enfrentado ao se identificarem como índios. Preservar e ressignificar seu patrimônio cultural e todo instrumental por eles inventado em sua constante luta pela sobrevivência.

4.1 CIÊNCIAS E CONHECIMENTOS INDÍGENAS: RUPTURA E REENCONTRO DE SABERES COM OS KAMBEBA.

“Só tenho uma certeza: as minhas incertezas. São essas incertezas que sustentam o quanto a construção do conhecimento não é cumulativa, pois na ciência as verdades são transitórias”. Ilya Prigogine, 1977.

O Processo de construção do conhecimento apresenta particularidades e especificidades no tocante à obtenção de suas verdades, com bem afirma Prigogine (1977); logo, a ciência, sendo um conhecimento produzido pelo homem em seu percurso histórico, encontra-se em evolução constante, pois a produção do conhecimento “está sustentada pelas concepções que o geram; ao se alterar a concepção que o homem tem de si, sobre o mundo, sobre o conhecimento, todo empreendimento científico se altera” (ANDERY et al, 2007 p.14).

Seguindo essa linha de raciocínio e embasada em autores que contribuíram com suas críticas provocando uma nova revisão nos postulados do determinismo científico, tais como Karl Popper (1902-1994), Ludwik Fleck (1896-1961), Gaston Bachelard (1884-1962) e Thomas Kuhn (1922-1996), deixa de ter sentido a crença na busca de uma verdade absoluta, nos possibilitando mostrar que hoje a ciência não se distingue pela aplicação rigorosa de um único método científico. Esse método único não existe, porque teorias tidas como certas podem modificar-se em decorrência da exigência de novas maneiras de se pensar a ciência, confirmando que a ciência não tem a verdade e sim algumas verdades transitórias (CHASSOT, 2004).

Para algumas teorias da ciência, um conhecimento é classificado como científico quando se repousa em bases sólidas e seguras, capazes de assegurar certezas e verdades inquestionáveis. Essa classificação corrobora para a aceitação do método científico ou método experimental, pautado na ideia hegemônica da ciência como portadora e produtora de verdades absolutas, visando solucionar todas as inquietações e problemas da humanidade (CARVALHO, 2000).

Mas, qual a posição dos pesquisadores teóricos quanto aos conhecimentos tradicionais indígenas? A nossa região sempre foi estudada e enaltecida a partir de sua fauna e das

riquezas de sua flora, porém, poucos estudos refletem a vida dos seres que aqui habitam, principalmente quando esses seres são denominados culturalmente de índios.

De fato, são inegáveis os avanços científicos que proporcionaram a ciência moderna ter alcançado legitimidade em nossa sociedade, reconhecida pelas virtualidades instrumentais da sua racionalidade, devido o desenvolvimento tecnológico que tornou possível, sendo vista e percebida como fonte produtora de bem-estar para a humanidade (HORKHEIMER, 2007). Mas, será o método científico a única forma de se reconhecer a ciência? Porque há tanta relutância em aceitar os etnoconhecimentos como ciência?

Da mesma forma que os colonizadores impuseram sua maneira de viver e sua concepção de mundo sobre os povos conquistados, anulando-os e inferiorizando-os, assim o fez o discurso científico tradicional, arrogando-se como o melhor e único. A ciência moderna não é a única explicação possível da realidade e “não há sequer qualquer razão científica para considerá-la melhor que as explicações alternativas da metafísica, da astrologia, da religião, da arte ou da poesia. A razão porque privilegiamos hoje uma forma de conhecimento assente na previsão e no controle dos fenômenos que nada tem de científico. É um juízo de valor” (SANTOS 2000).

Outra situação é a infalibilidade científica que vem sendo questionada quando se critica até que grau o atual corpo de conhecimento pode ser tomado como indicador de uma verdade absoluta. Em que consiste a afirmação de que só o cientificismo pode responder sobre o mundo físico em que vivemos, e porque é comum para os leigos acreditar que os cientistas são infalíveis? Hoje, parece ser um fato assumido, que a ciência não é um discurso sobre o real, mas um processo socialmente definido de elaboração de modelos para interpretar a realidade. Aprender ciência deve ser, portanto, um exercício de comparar e diferenciar modelos, não o de adquirir saberes, absolutos e verdadeiros.

Abordamos também um conhecimento que vai além da escola, para Arregui (2002, p. 225) nos últimos dez anos vêm crescendo o consenso de que “é indispensável que as crianças, jovens e adultos melhorem suas capacidades e seus êxitos em aprendizagem, tanto na escola quanto em todos os espaços e momentos da vida”. Os indígenas Kambeba há muito, já praticam esses processos educativos em sua “pedagogia peculiar”³⁰ ensinando as crianças na escola formal e na vivência da comunidade. Acreditam que o conhecimento e a capacidade de aprender são fundamentais para melhoria de suas vidas e seu bem estar na aldeia. O Tuxaua de Três Unidos compartilha dessa lógica quando considera:

³⁰Grifo nosso

ser importante ter uma escola na aldeia, que ensine a cultura do branco, contanto que, essa mesma escola também ensine os costumes Kambeba e que sejam livres para decidirem como e quando esses conhecimentos devem ser repassados as crianças. Eu incentivo e apoio os jovens a buscar estudar mais em Manaus, mas eles têm que voltar e aplicar o que aprenderam na nossa aldeia, ajudando a nossa gente e dando melhor condição de vida pro nosso povo. Não abro mão disso, pois hoje temos liberdade para aproveitar os direitos dos índios e usar em nosso favor (Fala do Tuxaua, 2012).

Frente à multietnicidade e a pluriculturalidade que caracterizam a região, a interação com os indígenas e seus saberes, requer um enfoque educativo diferenciado, como o proposto acima pelo tuxaua. Pois o que se tem observado é que para os Kambeba ou qualquer outro povo indígena não há diferença entre espaços formais e não formais de educação, o importante para eles é aprender a conviver com um mundo de muitas diferenças e assegurar a sua sobrevivência com qualidade.

A escola surge na vida desse povo como uma necessidade gerada nas relações com a sociedade envolvente. Ela é vislumbrada pelos Omágua/Kambeba como instrumento que permite o acesso aos conhecimentos necessários no enfrentamento da sociedade opressora, mas, pode vir a ser também, se controlada pela comunidade indígena, um instrumento que garanta os direitos, a valorização do saber, da ciência, da tradição e da cosmovisão indígena.

Há necessidades emergentes de se desenvolver metodologias próprias que se possibilitem a compreensão de seus objetos de pesquisa em suas complexidades, afastando-se das premissas positivistas estabelecidas pela ciência clássica que tem na neutralidade do sujeito um de seus pressupostos básicos e atribui a visão cumulativa à produção do conhecimento. Essa é uma posição do paradigma emergente que vem se impondo no sentido de reconhecer que outras formas de conhecimento, outrora desvalorizadas, não dignas de crédito ou confiança, podem ser reconhecidas. A esse respeito, discutiremos a importância dos saberes indígenas para um grupo étnico em sua comunidade, na tentativa de revalorizar um conhecimento que foi subalternizado.

O conhecimento popular/empírico é adquirido sem estar respaldado pelo estudo formal, pela pesquisa acadêmica ou por reflexões de aplicações de métodos, entretanto, pode tornar-se científico desde que passe pelo crivo de exigências de uma comunidade científica, logo, pode-se conjecturar que o saber popular possa atingir o status de ciência.

O saber do índio é um conhecimento milenar que não deve ser olhado com preconceito ou críticas. Nem muito menos ser julgado como inferior ou não científico, pois de acordo com Vidal (1995, p. 370), é possível reconhecer uma ciência na tecnologia indígena, pois:

na produção dos objetos da cultura material, uma série de fatores intervém: desde os mais pragmáticos, com os recursos naturais disponíveis para utilização como matérias-primas; o desenvolvimento de técnicas adequadas; as atividades envolvidas na exploração do ambiente e na adaptação ecológica; a utilidade e finalidade prática dos objetos e instrumento desenvolvidos, até elementos de ordem simbólica, ligados as concepção religiosas, estéticas e filosóficas do grupo. Estes muitos fatores, ingredientes da fabricação de objetos, ferramentas e ornamentos, se articulam em torno de conhecimentos muito precisos, compartilhados pelos membros de cada grupo indígena, e adquiridos através da observação sistemática, experimentação e pesquisa da natureza, da sociedade e do ser humano (em suas dimensões biológicas e psicológicas) ao longo das muitas gerações que os procedem.

Nessa linha de pensamento, se percebe a importância da preservação desses conhecimentos que são resultantes de observações e transmissões construídas coletivamente por gerações, mas se encontra em risco de extinção. Sobre esses conhecimentos, acrescente-se ainda “que por trás de todas as atividades indígenas existe uma ciência que muitas vezes nos é difícil de compreender; existe uma sabedoria e uma arte” (VIDAL, 1995, p.346).

No entendimento de Chassot (2011), a comunidade acadêmica já começa a adotar outra postura diante dos saberes populares, diferenciando essas práticas cotidianas de riqueza cultural do senso comum, despidendo-se dos preconceitos para ousar chamar tais saberes de “ciência”.

Tendo em vista que ainda subsiste uma variedade de povos indígenas com suas línguas e culturas diferenciadas, o índio Kambeba, em sua forma de viver subsistente, é exemplo de uma postura ecosofista³¹, mesmo sem consciência disso, já que retira da natureza apenas o necessário à sobrevivência. A adoção de uma educação que valorize esses diversos grupos culturais e suas especificidades pode ser o caminho para se assumir a natureza emancipadora dos etnoconhecimentos.

³¹ Postura que vem ganhando espaço e consiste em retirar do meio ambiente apenas o que será utilizado para sobrevivência.

4.2 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA KAMBEBA: DESAFIOS DA TRANSVERSALIDADE

A ideia de que a sexualidade não era assunto para ser abordado por profissionais da educação, encontrava apoio na antiga concepção de que a família seria a legítima instituição para tratar exclusivamente desse tema. Entretanto, apesar de concordarmos que toda família deve participar da educação sexual de suas crianças e sabedores de que é no lar, no convívio íntimo com os genitores desde os primeiros anos de vida que a criança apreende os valores determinantes de sua sexualidade, não podemos descartar que as crianças também são bombardeadas por várias outras fontes de influências, oriundas da evolução econômica e social crescente através dos séculos.

Por conseguinte, para compreensão das concepções sobre sexualidade dentro do contexto histórico e escolar, nos propusemos a buscar embasamento em teóricos que discutem a problemática da educação sexual e propõem uma prática pedagógica que avance no sentido de nortear as ações educativas, gerando efeitos positivos.

Sob tal acepção, a educação sexual, atualmente, vem sendo abordada pelos PCN's como tema transversal, ou seja, está autorizada na forma legal a inclusão dessa temática na escola. Entretanto, tem se comprovado que não está mais atendendo às expectativas para amenizar os problemas de ordem sociais emergentes detectados nas escolas. A questão não é o quê? Mas como trabalhar tais diferenças e aprender a conviver com elas em busca de uma equidade social.

Em face dessa constatação, buscamos pesquisar em uma escola com uma proposta diferenciada, as possíveis alternativas para lidar com as situações discriminatórias no âmbito escolar. Um exemplo disso são os casos de racismo, sexismo e a homofobia que se manifestam dentro da escola, como reflexo das diferentes formas de desigualdade sociais presentes em nossa sociedade. Nesse sentido, a prioridade é fomentar discussões críticas em relação à maneira como essas situações estão sendo desenvolvidas nas nossas escolas.

Por essa via de raciocínio, quanto à abordagem da educação sexual no contexto escolar, têm sido pertinentes os debates em torno da questão curricular e da ação pedagógica, resultado de um investimento político, fundamentado em uma constante preocupação de orientar o modo pelo qual os adolescentes vivenciam a sexualidade, que na maioria das vezes,

só é pensada exclusivamente numa perspectiva biológica, tendo como eixo central a reprodução, sem se trabalhar a dimensão cultural e histórica.

Nesse ponto, constatamos que a educação sexual na comunidade Três Unidos tem compartilhado das mesmas dificuldades de uma escola formal não indígena. Entretanto, é notória a vontade de desenvolver projetos com essa temática, interagindo com os conhecimentos dos não índios.

O professor da escola tem se esforçado, entretanto, não assume essa tarefa sozinho convocando o maior número possível de pessoas, principalmente a parteira e todos aqueles vinculados ao processo educativo (os mais velhos), para dividir com ele os ensinamentos de sua cultura tradicional.

Para os não índios, apesar da aparente liberdade que envolve, atualmente, a sexualidade, continua sendo muito difícil falar de sexo, até mesmo de relacionamentos afetivos. Já para os Kambeba, não há dificuldade em se falar de sexo, porém, não existem projetos pedagógicos voltados para a educação sexual na escola da comunidade.

Ribeiro (2006) alerta sobre o papel da escola para reverter essas estatísticas e na perspectiva de que o estudo da sexualidade deverá conduzir a responsabilidade igual entre os sexos. Analisando, permitindo e defendendo as diferenças é possível propor uma pedagogia preventiva, ofertando à e informações verdadeiras sobre o seu corpo sexuado, para que no futuro possa tornar-se um adolescente ou adulto com maiores possibilidades de lidar melhor e responsabilmente com a sexualidade e vivê-la de maneira sincera e harmoniosa.

Ademais, nos PCN's, essa necessidade é explicitada, quando afirma no texto (Brasil 2000) que, os professores, no seu trabalho cotidiano, transmitem valores relacionados à sexualidade, respondendo ou não às dúvidas dos alunos, seja por seu comportamento diante de uma situação exposta ou seu posicionamento claro e explícito. E para tanto devem pesquisar, estudar e se preparar para discutir essa temática em suas diferentes abordagens. Além do conhecimento teórico sobre o tema devem propor intervenções práticas de forma contínua e sistemática, através de projetos interdisciplinares. Silva (2004) lembra ainda que a escola, como responsável pela educação e desenvolvimento do indivíduo, não pode continuar omissa para tratar da sexualidade, devendo propiciar encontros, palestras, debates, atingindo os professores, alunos e famílias.

Essas práticas pedagógicas precisam se efetivar nas instituições de ensino, mesmo porque, as propostas formais de educação sexual e os programas aprovados até agora não têm atingido um maior objetivo, que é o de participar das transformações socioculturais ligadas à questão sexual; nem propiciado um clima descontraído, onde o aluno possa colocar suas

dúvidas, temores, dificuldades específicas, suscitar a consciência das responsabilidades que suas opções trarão em sua vida e desenvolver o respeito por si mesmo e pelo outro (FIGUEIRÓ, 2006).

Paralelamente, nas escolas e até mesmo nas comunidades acadêmicas de nível superior é comum se ter receios em abordar o tema da sexualidade, mesmo admitindo que o mesmo seja relevante e que deve estar presente em qualquer nível de ensino. Nesse ponto, há quem se mostre descrente em relação à abordagem da sexualidade via tema transversal, afirmando eles que sem metodologia e suporte teórico para o trabalho cotidiano, pode incorrer numa atuação voluntarista e de forma improvisada, que pode levar a banalização da temática. Eles alegam ainda que, o tratamento transversal não exige que o trabalho seja assumido com rigor científico necessário para compreensão e abrangência da sexualidade (FIGUEIRÓ, 2006).

Historicamente falando, a questão da educação sexual como uma preocupação contemporânea, passou a ter um destaque maior com o lançamento dos parâmetros curriculares nacionais em 1997, logo após a aprovação da LDB em 1996. Entretanto, persistem limitações que ainda não foram sanadas pelas políticas públicas, evidenciando as condições precárias em que a maioria de nossas escolas se encontra e o despreparo e a falta de sistematização dos professores na elaboração de projetos.

Importa destacar que a sexualidade está presente em todos os lugares, inclusive na escola, que fala de sexo de diferentes formas, seja nas conversas informais entre discentes e docentes, nas conversas de corredores, nas paredes ou portas de banheiros; logo, os riscos na abordagem da sexualidade são evidentes, mas é precípua não adiar projetos que envolvam na totalidade os educadores, dividindo as tarefas, reunindo-se para planejar e replanejar em conjunto.

Nessa ordem de preocupação, prioriza-se conceber a educação escolar como um espaço de construção de conhecimento, sendo essa prioridade, uma condição para a ressignificação da própria educação escolar, como também da ação docente e discente (FREIRE, 2000). Logo, o pensamento de Freire corrobora com a perspectiva de uma educação problematizadora, desafiando os sujeitos a dialogar, a abrir-se para o novo, a descobrir, a aprender, a compartilhar e a conviver com a diversidade.

Acompanhando essa lógica de argumentação do pensamento freiriano, embasamos nossa proposta de conhecer outras formas de abordagem da educação sexual, buscando o conhecimento em outra cultura, nos posicionando como seres epistemologicamente curiosos diante de realidades e fenômenos que fazem parte do nosso viver. Conhecer é descobrir e

construir o diálogo e a troca de saberes com outras culturas, sem temer conflitos ou questionamentos.

Conseqüentemente, para abordar uma temática tão importante com os alunos que não seja apenas transmissão de informações, nos voltamos para os conhecimentos milenares dos povos indígenas, que durante seu percurso de luta para conservar seus hábitos e costumes, tem encontrado situações semelhantes e distintas para fortalecer a reflexão e a crítica sobre a importância de controlar e utilizar a sexualidade para o bem individual e coletivo.

O currículo para nortear a educação sexual na escola deve abranger a expressão dos conhecimentos e valores que uma sociedade considera que devem fazer parte do percurso educativo de seus educandos, sendo necessário discutir sobre o que precisamos ensinar e a quem ensinar (PUERTO, 2010). Por essa razão, nos remetemos a pesquisar a sexualidade indígena e suas peculiaridades, verificando como se dá, na escola e no entorno de uma comunidade indígena, a incorporação da sexualidade ao conteúdo de ciências e como está sendo incorporado como conteúdo de ensino nas escolas formais de nível fundamental.

Complementando, nos remetemos mais uma vez à concepção de Paulo Freire (2000), que estabelece quatro importantes passos no processo de construção do conhecimento, dos quais para o propósito do nosso tema destacaremos: a leitura de mundo no sentido de apropriar-se do conhecimento, incluindo os saberes tradicionais (Investigação), bem como o compartilhamento dessa leitura de mundo quando dialogamos tais conhecimentos (Comunicação), pois o conhecimento só é válido se compartilhado.

Por fim, a educação como ato de produção e reconstrução do saber no sentido de mudar de atitude, de saber pensar, de se posicionar criticamente. Conseqüentemente, buscar novos saberes e reflexões é importante para renovar nossas discussões sobre temas como a sexualidade, quando não alcançamos os objetivos de promover mais aprendizagem nas escolas.

Havia um conceito antigo, onde se acreditava que as famílias apresentavam resistência à abordagem da sexualidade no âmbito escolar, mas atualmente se sabe que os pais, mais esclarecidos, reivindicam projetos de educação sexual nas escolas, reconhecendo não só a importância na formação de crianças e jovens, como também a dificuldade de se dialogar abertamente em outros espaços.

Outro fator importante observado em nossa pesquisa é o respeito dos Kambeba pelos mais velhos como princípio e em suas relações demonstram um talento enorme para a convivência solidária. A convivência social com outras pessoas, a própria família e toda gama de informação, oriunda dos meios de comunicação, transmitem conceitos, preconceitos,

ideias, tabus e estereótipos que vão se incorporando à educação sexual; porém, podem ser reorientados nos espaços educativos.

4.3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA COMO PROPOSTA INTERCULTURAL: LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA KAMBEBA

Sobre a comunidade Três Unidos, o que coletamos em nosso campo de pesquisa, no que diz respeito à implantação de uma educação indígena como uma educação diferenciada, contou com a determinação dos líderes do povo Kambeba, representada no início desde o Médio Solimões, pelo 1º Tuxaua e continuada pelo Tuxaua atual. Eles sempre lutaram para que a aldeia tivesse escola e que o professor fosse um Kambeba, pois as crianças precisavam ser bem ensinadas a aprender de todas as formas possíveis até conseguir entender, e isso demandava que o professor tivesse paciência e conhecesse as tradições e a língua materna.

A escola da aldeia foi construída em 1994 e é o professor atual que nos conta como abarcou a nobre profissão de um educador Kambeba:

eu fui escolhido e apoiado pela comunidade para ser o professor da nossa escola, mas daí a Secretaria de Educação de Novo Airão não queria me aceitar por eu ser muito novo, pois estava com 14 anos na época. Só que o Prefeito teve uma compreensão e falou para o Secretário de Educação que me aceitasse, porque eu tinha sido escolhido pela comunidade e estava sendo apoiado pelos mais antigos e também já vinha ensinando sem a escola na própria aldeia. Daí não teve jeito, ele teve que concordar e assim fui professor e agora sou diretor também (Fala do Professor e Diretor da escola-2012).

Como já era de se esperar, a escola foi construída pelo sistema do Ajuri, forma coletiva de trabalho muito utilizado na preparação do roçado, no plantio, na limpeza da aldeia, na construção de casas e em outras atividades de um indígena Kambeba. Com a chegada de um mestre de obra de Novo Airão e com a autorização em mãos do Tuxaua, a comunidade toda ajudou na construção carregando madeira da mata virgem, cavando e enfiando os esteios. Saliente-se que, esta construção ainda é a mesma e continua servindo de espaço para as crianças aprenderem a ler, escrever e principalmente falar a própria língua.

Por conseguinte, a educação para os Omágua/Kambeba é um processo contínuo e ocorre passivamente com as crianças indígenas enquanto crescem, sendo uma exigência na comunidade Três Unidos que o professor da escola seja Kambeba, pois um requisito importante é estar entrosado com a vida e os costumes dessa etnia.

Nessa ordem de preocupação a figura abaixo mostra as crianças utilizando algumas técnicas e instrumentos para caçar na trilha do conhecimento Kambeba de Três Unidos, pois eles consideram a educação tradicional kambeba muito importante, seja ela compartilhada na família, na comunidade ou nos espaços educativos. É importante destacar que eles possuem modos próprios de repassar o conhecimento, que vai além da escola.

Paralelamente observamos que além de considerarem importante esse aprendizado eles demonstram gostar do que aprendem na escola e reconhecem que pra viver bem e usufruir de tudo o que a aldeia possa oferecer, necessitam cada vez mais, de um conhecimento maior e eclético.

Figura 9. Crianças Kambeba aprendendo a caçar em seu habitat



Fonte: Pesquisa de campo-2012

Na aldeia de Três Unidos, as crianças aprendem simplesmente acompanhando os pais e outros parentes de tarefa em tarefa e assim vão acumulando conhecimentos por meio da

observação e assimilação, imitando o que os mais velhos fazem e seguindo suas orientações. Em outras palavras, aprendem fazendo, usufruindo de uma pedagogia concreta que as oportuniza a vivenciar seus conhecimentos e aplicá-los conforme a sua necessidade.

Vale enfatizar que os saberes indígenas têm permitido uma relação equilibrada com a natureza e tais saberes, de acordo com Ribeiro (2000), vem despertando o interesse de pesquisadores e antropólogos a mais de três décadas, tanto que, a grande inquietação, consiste em conhecer como esses povos ágrafos conseguem classificar seu ambiente natural e cultural com grande riqueza de detalhes e de forma tão sábia.

Para Lévi-Strauss (2000) a ciência do concreto está pautada no fato de que o nativo estuda sem cessar o seu habitat, observa e classifica os animais e plantas necessários a sua existência como também os que formam os elos da cadeia de um ecossistema, determinando o seu equilíbrio. Um olhar mais atencioso pode revelar que todo esse conhecimento está generosamente ao alcance de todos, inclusive de suas crianças. O individualismo não faz parte do modo de viver dos indígenas, nem muito menos a retenção dos seus saberes ou da sua arte, para eles, só podemos viver feliz sendo útil a alguém. Em face disso, eles cuidam uns dos outros e consideram importante dividir com os parentes sua casa e sua comida, lembrando, que no passado dividiram até suas mulheres e era costume presenteá-la a outro homem.

Figura 10 . Aprendendo as regras de subsistência.



Fonte: Pesquisa de campo-2012

Na situação acima (na foto), evidenciamos o saber-fazer baseado na observação e experiência da vida cotidiana das crianças kambeba, o que não deixa dúvidas quanto à eficiência da pedagogia indígena que se apropria de todas as situações para ensinar, seja em espaços formais ou não formais, entretanto, aqui cabe uma observação muito pertinente, pois os indígenas em geral, no seu processo educativo, não distingue essas formas de aprendizagem.

Nesse particular é fundamental estudar ciências na escola indígena, pois todos os dias, eles observam muitos fenômenos da natureza, sendo capazes de dominar a grande maioria deles utilizando os sentidos (olfato, tato, gosto e visão). Mais ainda, são engenhosos na prática de várias técnicas para cortar, torcer, moer e desfiar que lhes possibilite sobreviver. Para Bonin (1999), que conviveu com o povo Kambeba entre 1997-1999 o ato pedagógico primordial dessa etnia se dá através da participação na vida cotidiana, acompanhada de perto pelos exemplos e palavras educativas oriundas dos mais velhos.

Na contramão, apesar de reconhecermos que essa prática é essencial para suprir a sobrevivência na aldeia, não devemos esquecer que outras questões podem surgir no contato com a sociedade ocidental, forçando o conhecimento e domínio de outras técnicas, justificando o aprendizado de ciências na escola da comunidade e contribuindo para melhor compreensão das tecnologias que permeiam o ser humano na sociedade.

A área de Ciências Naturais delineada no RCNEI - (Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas) está diretamente ligada aos temas Transversais Terra e Conservação da Biodiversidade, e autossustentação. No tocante à educação em saúde, onde adentra a temática da sexualidade, em consequência das dificuldades de acesso e de pessoal capacitado, a escola se coloca como lugar privilegiado para repasse de informações dando um destaque especial ao papel do agente de saúde local, fazendo da educação e saúde interesses indispensáveis na maioria das sociedades indígenas.

Na escola Três Unidos, o professor Kambeba ensina Ciências Naturais abordando temáticas sobre o ambiente e sobre a fauna e a flora, através da pedagogia de projetos elaborados e efetuados de acordo com suas peculiaridades e necessidades, com duração de quatro meses, dos quais podemos citar: A **“Revitalização da Dança do Povo Kambeba”**, com objetivo de valorizar os conhecimentos tradicionais do povo Kambeba e desenvolver a coordenação motora através das expressões corporais apresentadas na dança; A **“Revitalização da Comida kambeba”**, que tem por finalidade, valorizar os conhecimentos tradicionais da alimentação kambeba e reconhecer sua importância para saúde; A **“Preservação e conservação da praia e rio Cuieiras”**, reflete a prática de ensino-

aprendizagem de Ciências estreitamente ligadas às atividades provenientes do meio ambiente e aos processos naturais de transformação da natureza, incentivando a preservação e conservação do ambiente natural. Esse projeto é executado uma vez por semana, geralmente na quarta-feira, quando saem alunos e comunitários em mutirão limpando os arredores e criando a consciência que lhes imprimem um sentido coletivo; A “**Medicina Tradicional Kambeba**”, cujo objetivo é contribuir para a valorização, fortalecimento, manutenção e atualização dos saberes e práticas tradicionais sobre as plantas e raízes medicinais do povo Kambeba.

Os projetos de desenvolvimento comunitário e os de subsistência são direcionados para os aspectos básicos da comunidade Kambeba Três Unidos, trazendo sempre novos desafios a serem enfrentados e um dos mais importantes é o de Revitalização da língua materna, projeto elaborado pelo professor que atualmente cursa Pedagogia intercultural na UEA, ministrado em duas etapas nos períodos de férias do início e meio do ano. Hoje podemos entrever que a busca da autonomia na escola de Ensino Fundamental foi uma estratégia de ação dos Kambeba, por acreditarem que o poder de decisão deve estar próximo das escolas envolvendo todos os atores educativos.

Por isso mesmo, ser professor na aldeia Kambeba é navegar entre as complexas águas da cultura escolar, tendo que dominar as diversidades e o conhecimento que não pode ser deixada de lado, em consequência do multipluralismo presente em nossa região. Além das atribuições relativas a escola é também uma liderança comunitária, prestando seus serviços a aldeia Três Unidos.

Para Bonin (1999) e no entendimento de Silva (2004), o professor indígena é um professor no sentido pleno, pois se preocupa com todas as dimensões da educação escolar e enquanto membro e ator social de sua própria realidade cultural preocupam-se com os projetos que delineiam os destinos do seu povo.

Sabemos que nem todas as comunidades indígenas conseguem por em prática uma educação escolar diferenciada, que trabalhe sua cultura e preserve seus costumes tradicionais. O processo de integração da cultura nacional e a consequente aculturação deixaram marcas indeléveis para a maioria dos povos autóctones, e mesmo com luta e persistência para revitalizar a tradicional pedagogia indígena, etnias se mesclaram ao ponto de se renderem a cultura universal, ficando cada vez mais difícil manter seus costumes e falar sua língua.

Para os Kambeba da comunidade Três Unidos, a superação em busca de um viver tradicional na aldeia e uma educação diferenciada para suas futuras gerações, preservando sua

língua materna, os torna um povo especialmente diferenciado e uma referência para as outras comunidades.

Ancorados nessa perspectiva, descreveremos na sequência, o início de uma aula prática de Ciências Naturais que foi desenvolvida na **Trilha do Conhecimento Kambeba**, onde as crianças adentram na mata e coletam e identificam as plantas medicinais, os insetos e os ofídios do espaço físico em que vivem. Após identificarem as características morfológicas pela textura, pela cor, pelo som emitido e pelo próprio formato do corpo do ser vivo, são encaminhados aos mais velhos da aldeia, para tirar dúvidas e aprender sobre como e para que utilizar tais saberes que fazem parte da cultura tradicional kambeba; durante a semana, essa aula diferenciada ocorre por duas ou três vezes, de acordo com a necessidade. De fato, observamos esse trabalho pedagógico *in lócus*, acompanhando as crianças na trilha, conforme evidencia a foto abaixo:

Figura 11. Trilha do Conhecimento



Kambeba.

Fonte: Pesquisa de campo-2012

A partir dessas ideias e práticas, faz sentido afirmar que a relação entre os Kambeba e a educação vem contribuindo com a perspectiva de oportunizar a ligação da formação escolar à formação para uma vida na comunidade, nos levando a concluir que os Kambeba possuem uma educação peculiar com modos próprios de ensinar que vai além da escola em contraste

com a educação tradicional. Entretanto, eles são capazes de se moldar aos saberes da sociedade envolvente quando necessário.

De fato, foi possível verificar que os indígenas da comunidade Três Unidos, semelhantemente aos Omágua do período da colonização, conseguem mais facilmente se adaptar a cultura envolvente. Com efeito, essa adaptação é uma consequência do interesse que os membros da comunidade Três Unidos manifestam pela cultura do não índio, característica evidenciada em trabalhos de pesquisa recentes das etnias que vivem no Alto e Baixo Rio Negro.

A esse respeito Vieira (2010), verificou que cada etnia tem especificidades que acabam por direcionar suas metodologias e seus currículos, porém, ela enfatiza três propósitos que são comuns a grande maioria dos povos indígenas do Alto Rio Negro, onde realizou sua pesquisa, mas que podem também ser verificados em outras regiões como o Baixo Rio Negro, local de nossa pesquisa com a etnia Kambeba, em maior ou menor intensidade: (1º) não querem permanecer isolados em relação aos processos tecnológicos produzidos pela Ciência ocidental, pois as condições de sobrevivência na região são difíceis; (2º) pretendem cultivar suas tradições e processos identitário, ou pelo menos, demonstram essa intenção; (3º) buscam aliar perspectivas de trabalho aos programas de ensino das escolas, agregando estratégias de exploração dos recursos naturais às práticas autossustentáveis. Evidentemente que essas conclusões não se aplicam como regra geral, mas são bem pertinentes nas sociedades tribais que convivem em contato direto e contínuo com sociedades envolventes.

A elaboração do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) fortaleceu as bases indígenas de educação formal, conferindo-lhes o respaldo pedagógico, administrativo e curricular necessários ao empreendimento de suas escolas; entretanto, é preciso repensar os conteúdos curriculares de determinadas disciplinas. De fato, tem se constatado que a pedagogia indígena é processual e se constrói no cotidiano e nas relações, sendo elaborada pelos próprios índios sem a intervenção do branco.

Importa destacar que a escola seria um dos fatores decisivos de generalização e uniformidade, tanto que, a princípio, foi considerado pelos jesuítas um meio de integralização dos povos indígenas à cultura ocidental, porém, os povos indígenas sustentaram sua alteridade graças a estratégias próprias, das quais uma foi precisamente a ação pedagógica. Em outros termos, continua havendo nesses povos uma educação indígena que permite que o modo de ser e a cultura venham a se reproduzir nas novas gerações, mas também que essas sociedades encarem com relativo sucesso situações novas, e os kambeba se enquadram nessa situação.

Não podemos nos deter neste momento em percorrer todo o caminho do ciclo de vida de um indígena, em que os momentos críticos – como a recepção do nome, a "iniciação" para meninos e meninas, o nascimento do primeiro filho, a morte de um parente ou de um membro da comunidade – são instantes fortemente marcados por ações pedagógicas nas quais intervém quase toda a comunidade; logo, o processo educacional indígena é coletivo e todos participam.

O fortalecimento dessa modalidade educativa se fez mediante uma luta que por vezes acabou em conquista. As conquistas estiveram duplicando, por contraste, o que tinham sido as grandes derrotas: livros e cartilhas em língua indígena, prévia conquista da escrita de cada uma dessas línguas, currículo adaptado à realidade indígena, principalmente no que tange aos saberes tradicionais, preparação, incorporação e contratação de professores indígenas por parte do Estado e das instituições.

São esses passos suficientes para remontar a corrente da perda da alteridade e recuperar o diálogo entre as diferenças? Hoje sabemos perfeitamente que não! Até que ponto as escolas indígenas estão de fato se transformando num instrumento de novas formas de relacionamentos com os demais segmentos da sociedade brasileira é uma das questões mais pertinentes e sobre a qual há muita divergência de opiniões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a sexualidade têm exercido certo fascínio nos vários campos de pesquisas das Ciências humanas e não seria diferente com a sexualidade indígena, objeto do nosso estudo. Reconhecemos que esta pesquisa não mostra, evidentemente, toda realidade sobre uma temática de amplitude e conceitos variados, mas pode se enquadrar como uma contribuição a ser somada ao inventário de conhecimentos sobre os povos indígenas da Amazônia.

Constatamos que a sexualidade tem sido determinada culturalmente e expressa diferentes manifestações comportamentais, mesmo entre as diversas etnias da nossa região, fato que foi possível comprovar nas observações com os Kambeba de Três Unidos, no baixo Rio Negro.

Observamos ainda, que as fontes bibliográficas consultadas deixam transparecer que a cultura sexual indígena era permeada de costumes heterodoxos, segundo a perspectiva dos viajantes seiscentistas, que tinham tradição cristã e pouco se preocupavam com as particularidades culturais dos habitantes do Novo Mundo.

Todavia, dentro da concepção de sexualidade dos indígenas Kambeba da comunidade Três Unidos não evidenciamos marcas de barbarismo, atrocidades nem tão pouco perversões sexuais que marcaram os ameríndios como seres selvagens e degenerados.

Nesse processo, aprendemos que as questões relacionadas à sexualidade não se resume apenas no âmbito individual, mas compreendem valores pessoais e comportamentais que são contextualizados social e culturalmente, pois a sexualidade envolve pessoas e consequentemente, sentimentos, que necessitam ser percebidos e respeitados.

Isso tem acontecido em decorrência de uma particularidade desse povo, que por tradição, vem conservando determinados aspectos de sua sexualidade como a transmissão das orientações sexuais nos períodos de iniciação e reclusão, tarefa específica das mulheres kambeba, mas também vem se adequando de forma positiva aos costumes sexuais dos não índios.

Os atores da cultura ocidental hegemônica e eurocêntrica cometeram muitos erros de julgamento, de juízos e de valor a respeito da sexualidade indígena, condenando certos comportamentos que para os indígenas eram aceitos com naturalidade e nesse ponto

ressaltamos que devemos aprender com os Kambeba, pois têm muito a nos ensinar sobre a questão do preconceito, solidariedade e generosidade.

É evidente que esse processo de mudança encontrou resistência, mas não tendo como vencer a força, algumas etnias se aliaram a diferentes povos, dentre eles, os europeus; e, por influência desse contato, a sexualidade dos nativos persistiu gradualmente, se moldando à sexualidade dos seus colonizadores, que dito de outro modo, foi se ocidentalizando.

Para os Kambeba de Três Unidos, essa mudança foi assimilada sem maiores transtornos e pelo que foi possível observar, ainda continuam sendo influenciados, de certa maneira, pela mídia, pelos meios de comunicação e pela religião. Aqui, abrimos um parêntese: a religião foi, é e continua sendo a principal fonte de mudanças de comportamento sexual, não somente para o grupo étnico de nosso estudo, mas para a humanidade em geral.

Dentre as considerações que desejávamos abordar em relação ao Ensino de Ciências, antes devemos nos perguntar: Qual seria o retorno, em termos de uso e aplicação, da pesquisa em Educação em Ciências, para possíveis alterações significativas das práticas educativas na escola?

Este questionamento tem perpassado pela mente de alguns dos pesquisadores em educação e a grande preocupação é fazer com que os resultados levantados saiam do papel e se tornem ações concretas. Por conseguinte, quais seriam as contribuições do Ensino de Ciências para a educação indígena? Terá esta educação suas próprias concepções sobre sexualidade? E estas concepções precisam ser preservadas ou compartilhadas? Qual a relação entre ciência e cultura na escola formal indígena?

De acordo com o que pesquisamos na Comunidade Três Unidos, os questionamentos acima ainda se encontram sem respostas satisfatórias. Na região Amazônica, com seu alto grau de diversidade cultural, onde se concentram o maior número de grupos étnicos da América Latina, se faz necessário e urgente uma educação voltada para o caráter diferenciador dessas populações, concedendo o direito que elas têm de continuar como povos diferentes.

Ademais, quanto à questão da identidade, diversos fatores foram salientados e observados entre os Kambeba, pois embora tenhamos nos focado em um aspecto específico (a sexualidade), percebemos que essa etnia tem se focado na recuperação da visibilidade e da condição identitária indígena.

Assim sendo, é preciso refletir que temos a obrigação de aprender a respeitar e a lidar com a contemporaneidade do indígena. Afinal, o que é ser índio Kambeba? Como entender a necessidade de reafirmação étnica e identitária dos povos indígenas, sem o preconceituoso

estereótipo consagrado pelo senso comum? São questões de identidade que precisam ser discutidas nas duas culturas e o veículo para socializar tais discussões será efetivamente a escola, digo será, porque ainda estamos muito longe do que realmente necessitamos para dimensionar essa discussão.

Estamos conscientes de que a interculturalidade na região amazônica está estreitamente relacionada à problemática indígena e encontra-se em processo de construção no país. A perspectiva de uma proposta intercultural que está se firmando na comunidade Três Unidos, somado a outros exemplos, nos coloca diante de um grande desafio quanto à necessidade de uma revisão criteriosa sobre a forma como o multiculturalismo vem sendo representado em nossas escolas.

Os conhecimentos tradicionais desse povo vêm sendo transmitido dentro e fora da sala de aula, na família e na convivência de seu dia-a-dia. Aprender a pescar, a remar, a caçar, a pintar o corpo, a respeitar a natureza e o mais velhos, a sobreviver sem destruir o meio ambiente e manter-se vivo são consideradas ações pedagógicas tipicamente indígenas, dos quais todos participam.

É muito importante para os Kambeba se identificarem como índios nos tempos atuais, mantendo seus costumes; mas, da mesma forma, é importante para eles, absorver a cultura ocidental e tirar proveito dela.

Ainda podemos inferir que um Kambeba nunca foi leigo sobre os saberes da natureza, conhecendo cada planta e sua utilidade, benéfica ou maléfica, sendo esses conhecimentos empíricos transmitidos de geração em geração que caracterizam os saberes primevos. Como todo autóctone, sempre dominou o uso do solo, as práticas de cura das plantas e seus venenos, desenvolveu estratégias técnicas para a utilização racional dos recursos naturais de seu ambiente. Essa ciência não pode mais ser desconsiderada.

Diante das considerações expostas, os resultados dessa pesquisa, após conhecermos como os Kambeba concebem sua sexualidade e como trabalham essa temática em seus espaços educativos, apontam para a necessária elaboração de projetos interétnicos de educação sexual, que possam servir de apoio tanto para os professores das escolas indígenas quanto para os professores das escolas não indígenas do Ensino Fundamental. É necessário rever o currículo de ensino de ciências e disciplinas afins e conceber o devido valor aos conhecimentos tradicionais Kambeba como uma cultura viva a ser repassada às futuras gerações.

Concluimos também, que para melhorar a qualidade de vida dos povos da Amazônia e atender à demanda de suas necessidades é precípua pensar novas metodologias e

epistemologias no âmbito da educação, capazes de programar processos efetivos de diálogos interculturais com produção e transmissão de conhecimentos que respondam às demandas da coletividade.

Atualmente, existem poucas pesquisas sobre a sexualidade indígena, mas esse quadro pode ser mudado, aumentando nossas possibilidades de compartilhar e aprender com tais conhecimentos. Sobre a importância de uma escola de educação indígena, discutidos e analisados nesta dissertação, o que ficou evidente nas observações pela comunidade Kambeba que acompanhamos durante mais de um ano de pesquisa é a busca de uma trajetória educacional que mantenha as especificidades e singularidades da etnia.

Para que essa busca se concretize, se faz necessário fomentar estratégias no sentido de traçar objetivos claros para uma educação que viabilize a imbricação de saberes ocidentais com saberes indígenas, especificamente no Ensino de Ciências, e que se registre de forma escrita, para serem preservadas e repassadas às futuras gerações.

Evidenciamos que a escola para o povo Omágua/Kambeba de Três Unidos tem um significado especial, por entenderem que precisam adquirir conhecimentos para ler e escrever, fazer contas e ascender na cultura ocidental, que não mais é admitida como dissociada de suas vidas. A cooperação entre os alunos e a possibilidade de desenvolver coletivamente as atividades é constantemente estimulada nos espaços de sala de aula.

As aulas práticas de Ciências Naturais refletem o compromisso e a dedicação tanto de alunos quanto do professor. É inegável a expressão de inteligência, a capacidade criadora e a adaptabilidade desses autóctones. Esses são, dentre muitos, um dos principais desafios que os Kambeba têm enfrentado ao se identificarem como índios nos tempos atuais.

Considerando que, no processo de educação integral de cada pessoa, indígena ou não, a sexualidade tem uma importância particular, quer pela complexidade do tema ou por coincidir com as realidades e situações conhecidas na pesquisa, acreditamos que a educação sexual, mesmo nos moldes da transversalidade, é muito sugestiva, só falta acontecer.

Os Kambeba querem aprender e compartilhar seus costumes com o não índio, mantendo o respeito entre os diferentes saberes como possibilidade de avanço dos conhecimentos humanos. Se o conhecimento está a serviço da necessidade de viver, os resultados devem contribuir na busca de alternativas de atuação mais comprometidas com os seres humanos.

No tocante à sexualidade, verificamos, na forma de ser dos índios Kambeba, que o sexo traz em seu cerne, quer aceitemos ou não, a finalidade procriativa; e o que nos diferencia dos outros animais, é a adição do prazer ao ato, usando nossa capacidade de raciocínio.

Porém, o prazer da carne suprimiu o equilíbrio da razão, tornando os homens em criaturas bem piores que os supostos animais.

A intriga, a ciúmeira, a obsessão, a arrogância, o desdém, a lascívia, a possessividade e o egoísmo são alguns dos inúmeros fatores que minam negativamente as relações afetuosas e se estendem na sociedade em geral. Essas situações, entretanto, não foram detectadas entre os Kambeba de Três Unidos, no baixo Rio Negro.

As mudanças na sexualidade por meio do contato interétnico, da amalgamação e da miscigenação têm demandado uma profunda reflexão, pois a grande carga de culpa e ignorância que permeou os conceitos morais e éticos em quase todas as questões que envolveram a sexualidade foi imposta por uma cultura diferente da nossa e se faz necessário reverter esse quadro em busca de um ensino culturalmente sensível que considere nossa diversidade.

Nesse particular, reafirmamos que precisamos aprender com os Kambeba a sermos mais permissivos e tolerantes, menos possessivos, menos passionais, mais humildes, mais respeitosos, mais serenos, mais conscientes e vivenciar o prazer do amor, assim como eles, como um dos principais bens da vida.

Acreditamos ser possível realizarmos mais pesquisas de relevância social que ofereçam um importante aporte para refletirmos sobre as várias questões emergentes da sexualidade. Que as considerações aqui expostas, possam vir a ser objetos de profundas discussões na escola, na família e nas comunidades, exorcizando a gama de preconceitos construídos historicamente.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. M. G. de. **Culturas indígenas do Brasil**. São Paulo: Editora Traço, 1987.
- ALVES, R. **Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação**. 17.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- ACUNÃ, C. de. **Novo descobrimento do grande rio da Amazonas-1641**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- ANDERY, M. A. P. A. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 12.ed. Rio de Janeiro: Garamond, São Paulo: EDUC, 2007.
- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARRETO, G. **Na encruzilhada do pecado**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- BATAILLE, G. **O Erotismo**; tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2013.
- BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais para a formação de professores indígenas**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC. 2.ed. Brasília: MEC, 2005
- BORTONI – RICARDO, S. M. **O Professor Pesquisado: introdução a pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola editorial, 2008.
- BONIN, I. T. **Encontro das águas: educação e escola no dinamismo da vida Kambeba**, 1999. Brasília: Universidade de Brasília. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Faculdade de Antropologia-UnB.
- BUNGE, M. **Ciência e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1980.
- CABALZAR, A.; RICARDO, C. A. **Povos indígenas do Alto Rio Negro: uma introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira**. 3.ed. São Paulo: ISA- Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN- Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2006.
- CARMO, P. S. **Entre a luxúria e o poder: A história do sexo no Brasil**. São Paulo: Octavo, 2007.
- CARVALHO, E. de A. **A complexidade do imaginário**. Revista internacional de arte e cultura. Leituras da Amazônia, Instituto de Ciências e Letras 2000.
- CAMARGO, A. M. F. de; RIBEIRO, C. **Sexualidade(s) infância(s): A sexualidade como um tema transversal**. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/ Editora Moderna, 1999.

- CHASSOT, Attico. **A Ciência através dos tempos**. São Paulo: Moderna, 1994.
- CHAUÍ, M. **Repressão sexual: essa nossa (des) conhecida**. 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- CUNHA, M. C. da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- COSTA, J. **Redescobrimo a pesquisa a partir de estudos culturais**. In: VORRABER, M.; BUJES, M. **Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades da pesquisa nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- DEL PRIORE, M. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Planeta, 2011.
- DURAND, G. **A imaginação simbólica**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1993.
- EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- FARIA, I. F. de. **Território e territorialidades indígenas do Alto Rio Negro**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. Campinas. São Paulo: Mercado de Letras, 2006.
- FERREIRA, A. R. **Viagem filosófica-Memórias, Antropologia**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974.
- FRITZ, S. (1686-1723) **Diário, em Anônimo (Paolo Maroni)** “Noticias autênticas del famoso rio Maranhão...” Edição de Marcos Jiménez de la Espanha. Boletín de la Sociedad Geográfica de Madrid, v. 26-33. Nova edição, Iquitos, 1989. Monumento Amazônico. Versão brasileira de trechos em Porro, 1993.
- FONTOURA, I. F. **Formas de transmissão de conhecimentos entre os Tariano da Região do Rio Uaupés – AM**. 128 p. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado em Antropologia. Recife, 2006.
- FOUREZ, G. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FREITAS, M. de (org.). **Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza**. Manaus: EDUA, 2005.
- FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Volume VII ed. Standart brasileiro. Rio de Janeiro: IMAGE Editora, 2006.

- GALVÃO, Eduardo. **Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GARCIA, R. L.; MOREIRA, A.F.B (org.). **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**. São Paulo: Cortez, 2003.
- GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 11.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- GOLDBERG, M. A. A. **Educação Sexual: uma proposta, um desafio**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- GONDIM, N. **A Invenção da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2010.
- GURGEL, C. **Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos**. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2010.
- GONÇALVES, C. A.; MEIRELLES, A. M. **Metodologia da pesquisa em administração**. São Paulo, 2004.
- HAGGUETT, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HALL, S. **A questão da identidade cultural**. In: HALL, S. HELD, D. & MCGREW, T. (Orgs). *Modernity and its futures*. Cambridge: Polity/Open University, 2006.
- JACOMELI, M. R. M. **PCNs e Temas Transversais: análise histórica de política educacional brasileira**. Campinas. São Paula: Editora Alínea, 2007.
- JÚNIOR, A. D. C.; NORONHA, N. M. (org). **A Amazônia dos Viajantes: História e Ciências**. Manaus: FAPEAM; EDUA, 2011.
- JUNQUEIRA, C. **Antropologia Indígena: uma nova introdução**. 2. ed: EDUC, 2008.
- HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. 7. ed. São Paulo: Centauro, 2007.
- KILPATRICK, W. H. **Educação para uma civilização em mudança**. Tradução: Noemy S. Rudolfer. 11. Ed. Edição Melhoramento, 1973.
- KOCH-GRUNBERG, T. **Dois anos entre os indígenas: viagens ao noroeste do Brasil (1903-1905)**. Manaus: EDUA/FSDB, 2005.
- LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 19. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- LA CONDAMINE, C.M. de. **Viagem pelo Amazonas 1735-1745**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Edusp, 1992.
- LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. 4.ed. Tradução Tânia Pellegrini. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.

- _____. **Tristes trópicos**. Traduzido por Rosa Freire d'Aguiar: São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LOURO, G. L. et al.(Orgs). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.
- MARCOY, P. **Viagem pelo Rio Amazonas**. 2. ed. Tradução, Introdução e Notas de Antônio Porro. Manaus: EDUA, 2006.
- MARANDINO, M; KRASILCHIK, M. **Ensino de ciências e cidadania**. 2.ed.São Paulo: Moderna,2007.
- MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora de Brasília, 1972.
- MELIÁ, B. Educação indígena na escola. **Caderno CEDES**. vol.19, nº 49. Campinas, 1999.
- MEYER, D. (2000b). Cultura teuto-brasileira-evangélica no Rio Grande do Sul: articulando gênero com raça, classe, nação e religião. *Revista Educação e Realidade*, vol. 25,n. 1, jan.-jul.,p. 135-162.
- MORAIS, R. (Org.). **Sala de aula: que espaço é esse?** 8.ed. Campinas, São Paulo: Papirus,1994.
- MOREIRA, A. F. B.(org.). **Conhecimento educacional e formação do professor**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.
- MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. **Multiculturalismo: diferenças culturais e praticas pedagógicas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Lerwing, 2004.
- MORIN, E.; ALMEIDA, M. da C.; CARVALHO, E. de A. (org.) **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- MORIN, E. **O método 3. O conhecimento do conhecimento**. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- NUNES, C.A. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: São Paulo: Papirus, 2005.
- OLIVEIRA, R. C. de. **Do Índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terena**. 2.ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.
- PEREGALLI, E. **A América que os europeus encontraram**. 13. ed. São Paulo: Atual, 1994.
- PINTO, R. F. **Viagem das Ideias**. Manaus: Editora Valer, 2008.
- PRIGOGINE, I. **O Fim das certezas – Tempo, Caos e Leis da Natureza**. São Paulo: Editora Unesp, 1977.
- PIRES, J. **Cruzamento de olhares: uma leitura plural de textos em educação**. João Pessoa: Ideia, 2009.

- PORRO, A. **O Povo das águas**: ensaios de etno-história amazônica. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- PUERTO, C. **Educação sexual e a Escola**. Lisboa: Editora Idbooks, 2010.
- RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades Indígenas**. Série Princípios. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- RIBEIRO, B. **O Índio na Cultura Brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: (editora), 2000.
- REICH, W. **A função do orgasmo**. São Paulo: Circulo do Livro, 1998.
- RIBEIRO, D. **Os Índios e a Civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- RIBEIRO, D. **Diários Índios**: os Urubus-Kaapor. Companhia das Letras, 1998.
- RAMINELLI, Eva Tupinambá, In: DEL PRIORI, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5 ed., São Paulo: Contexto, 2001.
- SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 6ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SCHOPENHAVER, A. **Os Pensadores**. Nova Cultura, 1997.
- SILVA, A. B. A da. **A civilização indígena do Uaupés**. 2.ed. Roma: Libreria Ateneo Salesiano, 1977.
- SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B.(org.). **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2o graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- SILVA, M. C. da. **O país do Amazonas**. Manaus: Valer/ Governo do Estado do Amazonas/ UniNorte, 2004.
- SILVA, E.L. da; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.
- SILVA, Aracy Lopes da. **Crianças Indígenas**: ensaios antropológicos. Global, São Paulo, 2002.
- SOUZA, M. **A expressão amazonense**: do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Alfa & Ômega, 1977.
- STEARNS, P. N. **História da Sexualidade**. Tradução: Renato Marques. São Paulo: Contexto, 2010.
- TASSINARI, Antonella M. I. **Sociedades Indígenas**: Introdução ao tema da diversidade cultural. In: A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. SILVA A. L. e GRUPIONI, L. D. B. Brasília: MEC/MARI/ UNESCO, 2001.
- TRIVINÕS, A.N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

VAINFAS, R. (org.). **História da sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

VIDAL, L. B. **Morte e vida de uma Sociedade Indígena Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1995

VIEIRA, R.C.M. **Educação Intercultural**: O Ensino de Ciências através da pesquisa na Escola indígena Pamáali no Alto Rio Negro. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2010.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo, 2004.

WALDMAN, M. **Meio ambiente & Antropologia**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006.

WEBERE, M. J. G. **A implantação da educação sexual no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, no 26. São Paulo, 1978.

WEBERE, M. J. G. **Educação sexual**: Instrumento de democratização ou de mais repressão? Cadernos de Pesquisa, no 36. São Paulo, 1981.

WEBERE, M. J. G. **Sexualidade, política e educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução: Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YOUNG, M. **Para que servem as escolas?** Educ. Soc., Campinas, vol.28, n.101, p. 1287-1302, set./dez. 2007 - Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> – acessado: 26/01/2011

YOUNG, Michael F. D.. **Conhecimento e Currículo**: do sócio construtivismo ao realismo social da educação. Porto: Editora Porto, 2010.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA MESTRADO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NA AMAZÔNIA

APÊNDICE A- ROTEIRO

ENTREVISTAS COM OS KAMBEBA NO RIO CUIEIRAS, NO BAIXO RIO NEGRO.

Data:

Identificação do entrevistado:

01. Como está organizada a escola Três Unidos?
02. Quando surgiu a escola?
03. O que são considerados espaços não formais (espaços educativos) para os kambeba?
04. Como é realizado o trabalho sobre Ciências na escola?
05. Quais as celebrações tradicionais ou não realizadas na comunidade?
06. Quantas famílias, etnias e pessoas moram na comunidade?
07. Como educar para ser Kambeba?
08. O que são os conhecimentos tradicionais para o povo Kambeba?
09. Como são transmitidos?
10. Quem transmite? Aonde aprendeu?
11. Quais comunidades pertencem ao rio Cuieiras?
12. De que lugar surgiram os Omágua/Kambeba?
13. Como gostam de ser chamados?
14. Hoje os Kambeba têm restrições para se relacionarem com outras etnias?
15. Adotam a pedagogia de projetos na Educação em Ciências?

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NA AMAZÔNIA

APÊNDICE B-ENTREVISTA FECHADA

CONHECER AS CONCEPÇÕES DA SEXUALIDADE KAMBEBA

- 1- Há algum simbolismo sexual típico da etnia Kambeba?
- 2- Ainda se pratica o período de reclusão puberal para meninos e meninas? Se esse costume não se faz mais presente, explicar o motivo.
- 3- Existem relações sexuais do tipo Jocosas?
- 4- Existem relações de Evitação na comunidade Três Unidos?
- 5- Existem relações de Cooperação?
- 6- Há coabitação entre cunhados, genros ou sogros?
- 7- Pratica-se a poliginia sororal? e a poliginia simples?
- 8- Existe a prática do Levirato em Três Unidos?
- 9- Há relações sexuais do tipo avuncular?
- 10- Descrever, se houver e se conhecerem, os mitos ligados a sexualidade entre os Kambeba.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NA AMAZÔNIA

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ESTUDOS EMPÍRICOS

NOME: DATA:...../...../.....

OBSERVAÇÃO DAS PRÁTICAS DE ENSINO DE CIÊNCIA A SER PROCESSADA NA
ESCOLA DA COMUNIDADE TRÊS UNIDOS

PROCEDIMENTOS:

- ✓ Observar e anotar tudo o que ocorrer na sala de aula
Tempo mínimo: 5 dias
- ✓ Material: Bloco ou caderno de anotações, registros em mídia
- ✓ Observar e descrever todos os objetos contidos na sala de aula e no espaço físico
- ✓ Disposição dos objetos
- ✓ Como os objetos são manipulados
- ✓ Materiais pedagógicos em uso
- ✓ Como se vestem
- ✓ O que falam e como falam
- ✓ Valores e crenças
- ✓ Normas ou regras de convivência
- ✓ Conflitos
- ✓ Lideranças

Explicar a razão do trabalho

Indagar sobre lembranças da infância, a família, os amigos e os laços afetivos

Deixá-los a vontade para falar o que lhe convier

Partilhar com os colegas os resultados obtidos na sequencia, analisar.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NA AMAZÔNIA

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO INFORMANTE

Eu, _____, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos. Foi-me garantido o sigilo das informações e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Local e data _____/_____/_____/_____

Nome: _____

Assinatura do sujeito ou responsável:
